

ATA NÚMERO 10
SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2014

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, reuniu, em sessão ordinária, pelas nove horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Hélder José Magalhães Ferreira e Eng^a Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: Dr. José Luís Gaspar Jorge, Dr. António José Cerqueira Dinis Mesquita, Prof. Dr. Jorge José Magalhães Mendes, Dr. Raimundo Magalhães Carvalho, Dr. Pedro Manuel Barros Pereira, Dra. Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, Dra. Lucinda Fonseca, o senhor André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e o senhor Carlos Gonçalo Teixeira Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Octávia Manuel Clemente, **Ana Cristina Varejão Reis**, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Fernando Miguel Sousa Cardoso, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, **Joaquim Augusto Teixeira**, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Alexandra Matias, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Luís Teixeira Vaz
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Oliveira Fonseca Pinto de Vasconcelos, substituído por
Fernando Nunes
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – Jorge Francisco Azevedo Pinto, substituído por António Francisco
Macedo Teixeira
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – António Gomes Pinheiro

TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique
Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E
GATÃO – Joaquim António Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –
Ângelo Magalhães,
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – Daniel Pinheiro,
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA – Lino Manuel dos
Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António
Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Carlos António da Silva Carvalho e Ana Rita Batista, Maria José Castelo Branco e Jorge Francisco Azevedo Pinto.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião de 26 de setembro. Foram feitas várias correções solicitadas, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e também pelos senhores deputados municipais António Araújo, Fernando Miguel Sousa Cardoso e Luís Van Zeller.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra – 0, abstenções – 3, votos a favor – 48.**

Dando continuidade aos trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** deu conhecimento aos presentes da correspondência recebida até ao dia da presente reunião.

Passou-se de imediato ao Período da Ordem do Dia. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores deputados:

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Num momento em que são já visíveis no terreno o movimento de máquinas e pessoas tendo em vista o retomar dos trabalhos de construção do túnel do Marão e respetivos acessos, há um misto de sensações que me invade e que gostaria de partilhar com esta Assembleia.

Volta a ser alterado o sossego e a qualidade de vida da população residente bem como daqueles que regularmente nos visitam.

Voltam os assoreamentos de ruas e propriedades agrícolas, as interrupções no abastecimento de água os condicionamentos das vias e sobretudo a degradação da Estrada Nacional 15 bem como da Municipal 575 de ligação ao IP4.

Compreendo e aceito de bom grado os objetivos da obra, sobretudo para com as populações transmontanas. Para esta obra, Ansiães dá muito e nada recebe em troca. Não vamos poder utilizar a autoestrada mas antes limitarmo-nos às vias existentes.

Segundo dados da Administração das Estradas de Portugal, faltarão retirar e movimentar pelas vias acima referidas, cerca de 400 000 metros cúbicos de terras de túnel. Estas vias ficarão intransitáveis. Faço um apelo ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara para que sejam encontradas e estabelecidos desde já, compromissos com as

empresas construtoras ou o dono da obra, para que no final dos trabalhos, estas vias sejam reparadas e repavimentadas de forma a permitir uma circulação segura para os utilizadores.

O troço na área limite de Ansiães, desenvolve-se numa zona natural, muito pouco intervencionada e com características especiais.

Mesmo apreensivo com o que falta executar e o grau de perigosidade para uma parte significativa dos residentes de Ansiães, particularmente os que moram a jusante da empreitada, local sensível e que confina com muitas habitações, tenho esperança que a conclusão da obra, possa vir a atenuar os efeitos negativos na paisagem, na hidrologia, na preservação ambiental e componente social.

Vamos todos estar atentos.”

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que registava com agrado a implementação das “Viagens de Amarante”. Já há muito tempo que se falava nisto. É importante para a mobilidade urbana, mas lá está, foi com a vontade política deste novel Executivo que foram implementadas as Viagens de Amarante. Diz que é de realçar e por isso dá os parabéns à Câmara por esta iniciativa e espera muito sinceramente que haja adesão por parte dos amarantinos para que este projeto e este equipamento, tão importante para Amarante continue por muitos e bons anos.

FLÁVIA QUEIRÓS – AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra disse que está anunciada a construção do novo Quartel da GNR. Perguntou se com a demissão do senhor Ministro da Administração Interna haverá consequências no que diz respeito à construção, prazos e custos da obra?

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

No uso da palavra a senhora deputada disse que não tencionava hoje voltar a este tema, mas porque teve acesso à informação do encerramentos das escolas a ao arranque do ano escolar e para que não restem dúvidas sobre qual foi a postura do Partido Socialista e as acusações de que foram alvo na Assembleia Municipal, quer esclarecer, com base nos documentos fornecidos pela Câmara o que realmente se passou e que corresponde àquilo que o Partido Socialista defendeu.

Em três de abril de 2014, realizou-se uma reunião sobre o reordenamento da rede escolar, na Direção dos Serviços da Região Norte, onde em representação do município de Amarante, esteve a senhora Vereadora da educação Dr^a Lucinda Fonseca. Essa reunião com o senhor Delegado de Educação do Norte, Dr. Aristides Martins de Sousa, tinha como objetivo analisar as propostas do Ministério da Educação, sendo uma delas relacionada com o nome a atribuir ao Centro Escolar de Travanca, tendo então sido proposto o nome do poeta Acácio Lino.

A segunda proposta era a integração do Jardim de Infância do Mosteiro e do Jardim de Infância da Portela e a EB1 de Moreira de Cima, no Centro Escolar de Travanca, consequência natural do fim das obras, estando nessa altura tudo pronto para início do ano escolar.

A terceira proposta era a da integração da escola de Penedos, Oliveira no Centro Escolar de Travanca e por consequência o encerramento da EB1 de Penedos e a proposta de integração do Jardim de Infância de Telões e de Subacelo, Freixo de baixo, na Escola Básica Amadeo Souza Cardoso.

Havia ainda uma outra proposta que era a de integrar o Jardim de Infância de Gouveia, S. Simão, na Escola Básica de Fornos em Jazente. Pretendia-se ainda integrar o Jardim de Infância da Lomba, no edifício do Jardim de Infância de Cepelos.

Nada é referido quanto ao destino a dar ao Jardim de Infância de Bustelo, mas era certo que a proposta era mantê-lo aberto em Bustelo.

Foram estas as propostas discutidas e que foram apresentadas pelo Ministério da Educação. Relativamente a estas propostas, a senhora Vereadora dirigiu em 16 de

abril de 2014, ao Ministério a proposta do município, onde propunha que a designação do Centro Escolar de Travanca passasse a ser Centro Escolar Acácio Lino. Relativamente à integração do Jardim de Infância do Mosteiro e da Portela em Moreira de Cima, propunha tal como previsto, que fossem integrados no novo Centro Escolar. Considerava ainda que os alunos da EB1 de Penedos, Oliveira, deviam integrar também este Centro Escolar. Quanto ao Jardim de Infância da Estrada e Subacelo, informaram que o Centro Escolar Amadeo Souza Cardoso, não estava adaptado e como tal não tinha condições para receber esses alunos e assim, foi proposto que se mantivessem em funcionamento estes dois Jardins de Infância e se preparasse o Centro Escolar Amadeo Souza Cardoso, por forma a poder-se no próximo ano letivo, ter salas adaptadas a Jardim de Infância.

Relativamente ao Jardim de Infância de Gouveia, S. Simão, pelo facto dele vir a ser integrado na escola Básica de Jazente e baseados na indicação da senhora Presidente de Junta de S. Simão, previa-se e cito "para o próximo ano letivo com a entrada no mínimo de oito crianças", sendo que duas delas seriam da área da Educação Especial. Acresce ainda, segundo informação da senhora Presidente de Junta, para o ano letivo de 2015/2016, há a previsão de um número superior de matriculas para essa escola, pelo que propôs que o Jardim de Infância de Igreja, S. Simão se mantivesse aberto. Só na eventualidade de não se virem a concretizar as referidas matriculas é que aceitariam a posição da DGESTE, que apontava para a integração dos alunos em Jazente.

Quanto à proposta do Jardim de Infância da Lomba, concordavam com a proposta nesta altura, uma vez que o Jardim de Infância da Boavista tinha condições físicas para acolher estas crianças. O Jardim de Infância de Bustelo manter-se-ia aberto, uma vez que se previa que no ano letivo seguinte iriam acolher as crianças de Ansiães.

Como último ponto para além do que nos é solicitado, aliás solicitação essa que nem fazia parte da proposta inicial, apresentamos nesta altura uma proposta relativamente ao centro Escolar do Marão. Este Centro Escolar e passo a citar "este centro Escolar EB do Marão, freguesia de Aboadela, Sanche e Várzea, resultou da conversão da antiga EB2/3 do Marão, em Escola Básica Integrada, pois esta escola também tinha sofrido os efeitos da desertificação. No presente ano letivo, tem em funcionamento apenas seis salas, e a sua área de influência cobre as freguesias de Aboadela, Sanche, Várzea, Candemil, Ansiães, Bustelo e Carneiro. Com a redução efetiva da taxa de natalidade que se tem verificado e a previsão de matriculas de alunos no primeiro ano nesta área de influência, para o próximo ano letivo teremos mais uma sala vazia. Atendendo à situação geográfica este Centro Escolar foi construído no pressuposto de contrariar a tendência sentida na margem esquerda do Tâmega, mais próxima do Marão e assim combater a desertificação invertendo o abandono e insucesso escolar.

Defendemos a coesão social pelo que propomos para as freguesias que se situam no limite geográfico deste Centro Escolar, o integrem. A saber: EB de Vila Seca na freguesia de Gondar, EB de Padronelo na freguesia de Padronelo, EB1 de Fornos em Jazente. Ou seja, esta proposta partiu única e exclusivamente da iniciativa da Câmara e não da DGESTE, como nos foi referido.

Relativamente às crianças de S. Simão, existe a particularidade delas já estarem integradas no Centro Escolar Ilídio Sardoeira, e continuo a citar: "por uma lógica de continuidade pedagógica somos de opinião que devem continuar nesse Centro Escolar. Contudo, propomos que as novas matriculas sejam efetuadas no Centro Escolar do Marão". Esta foi a contraproposta da Câmara, relativamente à proposta inicial da DGESTE. Entretanto a senhora Vereadora a 13 de maio faz nova solicitação para a DGESTE, onde, relativamente à posição inicial da proposta de integração da EB de Penedos, Oliveira, no Centro escolar de Travanca, constata que pode não ser a medida mais ajustada, pelo que e considerando que o Conselho Municipal da Educação, não está ainda constituído e não foi possível também concretizar a revisão da Carta

Educativa, pede que considere que a escola EB1 de Penedos passe a integrar os alunos de uma escola da mesma freguesia, porque é esta a posição do município que poderá ser tomada no presente momento, ou seja, relativamente à Escola de Oliveira faz um recuo relativamente ao pedido inicial que era o encerramento. A 20 de maio faz um novo pedido, relativamente à proposta inicial dizendo: “por indicação do Presidente da Junta da Freguesia da Lomba, como consta do ofício anexo, haverá condições para que o Jardim de Infância da Lomba se mantenha em funcionamento. Assim, defendemos que o Jardim de Infância da Lomba se mantenha em funcionamento no próximo ano letivo”. Apenas em 4 de junho, veio solicitar uma reunião, com caráter de urgência para esclarecer as dúvidas acerca da rede escolar do concelho de Amarante.

Em data posterior a 19 de junho, quando o primeiro parecer é de maio e depois destes zigue zagues todos relativamente às propostas iniciais de encerramento, é que novamente e a pedido da Câmara, vêm tomar a posição de relativamente às escolas de Padronelo, Gondar e Jazente, uma vez que todas elas têm um número de alunos superior a 21, pediram a manutenção da abertura. Isto para dizer, ao contrário do que aqui tem sido dito, pelo senhor Presidente da Câmara, que nos acusou de falta de coerência, que nos acusou de nos termos escondido, que nos acusou de termos “rabos de palha”, afinal tínhamos razão, porque quem pediu o encerramento destas escolas foi a proposta da Câmara e foi só por iniciativa da Câmara que estas escolas encerraram, apesar de ainda cumprirem os critérios definidos. Espero senhor Presidente que de futuro nos dê conhecimento de todos os documentos, bem como de todas as informações relativa a este e outros assuntos. Não trate esta Assembleia mal, conforme o fez no passado.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que está visto que o Partido Socialista não tem temas políticos para discutir, porque já é a terceira ou quarta vez que vem abordar o tema do encerramento das escolas.

Não percebeu o que é que a oradora anterior veio dizer. Falou em negociações e disse qual foi a posição final da Câmara. Foi contra o encerramento das escolas. Esqueceu-se ainda do último mail do senhor Presidente, datado de 27 de junho exatamente a formalizar definitivamente essa posição. Aliás, não foi o senhor Presidente da Câmara que a acusou de falta de coerência. Foi ele. O seu a seu dono. E continua a acusar, porque a senhora deputada, na última Assembleia não me respondeu se era ou não contra o encerramento das escolas do Paço em Vila Chã. E também não lhe disse qual foi a posição na altura do Executivo de que fazia parte. Sabe porque é que ainda há estas dúvidas todas? Porque a Carta Educativa já devia ter sido revista há muito tempo. Desde 2005 até 2007 não o foi, porque o Executivo de que a senhora fazia parte nunca promoveu esse processo de revisão.

Como também já lhe disse, desde 2002 encerraram 52 escolas, 26 com mais de 21 alunos, sendo que alguns foram para Centros Escolares, mas outros não. Aliás, estas três também vão para Centros Escolares. E se quiser vai dizê-las todas para que ela fique a saber: Real, 40, Figueiró 40, estas em 2002. Em 2006: Real, 34, Alto da Lixa, 73, Ribeira, 26, Boavista, 25. Em 2010: S. Gonçalo/Pinheiro Manso, Boavista/Gatão 29, Ovelhinha, 33, Torre, 24, Eido, 28, S. Brás, 26. Em 2011: Assento, 22, Fonte, 25, Estremadouro, 24. Em 2012: Aboim 36, Assento/Gatão, 44, Vila Garcia, 40, Lufrei, 37, Vila Chã, 34. Em Telões-Penedo, 27, Estrada, 83, Lamaceiro, 43, Subacelo 60. Em 2013, Cumieira, 38. E onze Jardins de Infância que também pode nomear. Nessa altura a senhora deputada não veio aqui dizer se era contra. Também ainda não percebi bem se é contra ou não. Num processo de negociação há avanços e recuos e a senhora sabe que as pessoas vão pensando melhor e vão ajustando as suas posições e no fim o que conta é a posição final. Em 2011, os senhores quando fizeram a tal monitorização da Carta Educativa, em vez da revisão, para além de preverem que Gondar ia para o Marão porque estava sub lotado, também previam que fechasse a

escola de Fornos em Jazente e a escola de Padronelo. Esta proposta já não vem desta Câmara. Façam o favor de consultar esse documento. Esta proposta já tem essa génese desde 2011, porque os alunos iriam para um Centro Escolar. A posição expressa, oficial desta Câmara foi contra o encerramento destas escolas. Mas a génese do seu encerramento já vem do tempo do Partido Socialista. No tal documento de 2011, que pode consultar porque na página 31, destaca que as escolas de Fornos e Padronelo também iriam fechar quando fosse construído um Centro Escolar. Nestes caso, já existe o Centro Escolar.

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra, disse que o assunto das escolas merecia da sua parte uma introdução profunda. Esperava que o seu Presidente da Junta, o de Jazente, viesse defender a posição da freguesia no que concerne ao encerramento da escola. Está por isso revoltado. E se isto fosse em linguagem de Governo teria de pedir ao senhor Presidente de Câmara que demitisse a senhora Vereadora. Todo o processo está mal desenhado. Os transportes escolares que passam na freguesia de Jazente não transportam os alunos de Jazente. Esse facto custa à freguesia 2700 euros. Terminou a intervenção perguntando que mal fizeram os pais e as crianças de Jazente ao Executivo, para terem este tratamento?

HELENA PORTELA – PSD

No uso da palavra, disse que a sua intervenção vinha no alinhamento do tema do encerramento das escolas, para “falar mais do mesmo, de facto” mas, uma vez que tinha sido feito um “belíssimo historial” e como, desde o início, o senhor presidente da câmara tinha admitido que, se numa primeira fase, concordou com o encerramento das escolas de Vila Seca (Gondar), Padronelo e Fornos (Jazente), rapidamente percebeu que essa não seria a melhor solução. Salientou que essa opinião do senhor presidente da câmara tinha ocorrido seis meses após a tomada de posse e que, portanto, não tinha como base estudos feitos pelo actual Executivo mas sim pelo anterior. Referiu-se à “Avaliação e Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Amarante” com data de Maio de 2011 relativa à Carta Educativa aprovada em Assembleia Municipal em 2007 e no ano seguinte pelo governo. Acrescentou que a referida “Avaliação e Monitorização da Carta Educativa” tem servido de base para tudo o que se tem feito em termos de encerramento de escolas. Neste momento da intervenção, a oradora solicitou que, se fosse possível, gostaria que fossem fornecidas cópias das páginas 29 a 34 do citado documento a todos os senhores deputados porque considera que as mesmas “esclarecem tudo aquilo que poderá ser dito nesta casa”.

Prosseguiu dizendo que “este documento a que se chama muito sofisticadamente ou, até eufemisticamente, Avaliação e Monitorização é muito mais do que isso, é uma Revisão da Carta Educativa e, assim, não poderia ser feita unilateralmente pela Câmara Municipal de Amarante, mas pelos vários intervenientes no processo, como o Conselho Municipal de Educação, teria de vir à Câmara, à Assembleia Municipal e, posteriormente, ao governo – o que não foi feito.”

No entanto, constatou que tudo aquilo que estava previsto na Carta Educativa para a construção de vários centros escolares foi radicalmente modificado nesta “avaliação e monitorização”: “na página 29 que tem por título “Próximas intervenções previstas”, fala-se, por exemplo, na escola do Paço em Vila Chã, que deveria ir para o Centro Escolar Ilídio Sardoeira. Ora, isso nunca esteve previsto na Carta Educativa - foi mais uma mudança. O Centro Escolar Ilídio Sardoeira era para receber os alunos de Madalena e Lufrei. De repente, recebe os de Vila Chã e se isso ainda não bastasse recebeu também os alunos de Ôlo e Canadelo. Então passamos a ter um Centro Escolar no centro da cidade que foi construído para receber os alunos das freguesias da Madalena e de Lufrei, a receber todos os alunos das escolas atrás referidas sem ter havido uma Revisão da Carta Educativa.”

“No entanto, foi dito, e muito bem, que este Centro estava sobredimensionado para os actuais indicadores demográficos e por essa razão os alunos destas escolas das freguesias mais periféricas seriam “drenados” para esse centro escolar. Assim, também se diz na mesma página 29 que “este centro escolar ficará em avaliação permanente e da sua capacidade ficará dependente a dimensão do Centro Escolar de Cepelos, Lomba, Jazente, Padronelo, S. Simão e Salvador. Penso que as três escolas que referíamos há pouco já estavam previstas para integrarem centros escolares...” Entretanto, na página seguinte relativamente à EBI do Marão, já é feita a sugestão, uma vez que está sublotada, e em sede de oportuna revisão da Carta Educativa, “no envio de todos ou de parte significativa dos alunos da freguesia de Gondar para a escola do Marão”. Portanto, a ida dos alunos de Gondar para o Marão também já é referida em maio de 2011.

Mais adiante, fala-se no núcleo de intervenção Cepelos, Lomba, Salvador, Jazente, Padronelo e S. Simão. Fala-se que o conjunto das seis freguesias teve uma retração global de 11,84% nos últimos 5 anos e que as freguesias de Carvalho de Rei, Cepelos, Lomba, Jazente Padronelo, S. Simão e Salvador, constituem uma unidade que justifica a construção de um Centro Escolar. A sua dúvida está aqui nesta unidade: “Quais são os critérios objectivos que estabelecem esta unidade? Tenho sérias dúvidas relativamente a esta unidade”- afirmou, referindo-se aos contextos social, cultural e educativo.

Diz também que em vez dos Centros escolares de Gondar, Jazente, S, Simão e Padronelo por um lado e da Lomba, Salvador e Cepelos por outro, “construir-se-á” (e isto é uma afirmação), “um só centro que de acordo com os atuais valores de referência terá nove salas para o primeiro ciclo e cinco para o pré-escolar”. Diz ainda que o acerto aquando da elaboração do projeto e da candidatura ao GEP dependerá da avaliação da frequência do Centro Escolar Ilídio Sardoeira e da EBI do Marão.

“Mais uma vez estamos a gerir recursos que já existem, e muito bem, porque não vale a pena estar a construir por construir, é preciso ver, de facto, qual é a otimização dos espaços e dos recursos humanos”. A construção do tal Centro Escolar de aqui se fala, com estas freguesias todas, dará lugar ao encerramento das EB1 de Fornos em Jazente, Igreja/Lomba, Padronelo, Salvador, Bela Vista em Cepelos e Senhor do Campo em S. Simão. “parece-me que foi mais ou menos o que aconteceu seis meses após a tomada de posse, com base num documento que até se pode duvidar que tenha valor legal mas que serviu de suporte a tudo isto”.

Posto isto, salientou algo que se referia à Escola do Paço, em Vila Chã, que teve um processo semelhante a este que agora se discute só que aconteceu mais cedo, no ano de 2012.

O agrupamento e a Câmara, decidiram que ela deveria ir para o Centro Escolar Ilídio Sardoeira na Madalena, havendo várias trocas de correspondência entre a ANMP e a Câmara Municipal desde julho de 2012. Há também uma boa argumentação da Junta de Freguesia de Vila Chã, com data de 27 de Julho.

Esta argumentação da Junta de Freguesia - que naturalmente teve consultadoria jurídica - diz que “o encerramento e a integração dos alunos no Centro Escolar Ilídio Sardoeira é ilegal porque contraria o estabelecido na Carta Educativa”. Esta escola já integra alunos de Ôlo e Canadelo e era suposto um novo Centro Escolar onde seriam integradas Fridão e Rebordelo. Esta integração dos alunos de Vila Chã na Madalena não decorre de uma revisão da Carta educativa e por isso afigura-se-lhes como ilegal. Este encerramento não segue nenhuma orientação do governo e nem sequer os pais e encarregados de educação foram ouvidos, nem as Juntas de Freguesia envolvidas, estando a escola acima dos requisitos mínimos exigidos, porque tem cerca de 35 alunos. Alega na referida carta que a escola de Fridão está nas mesmas circunstâncias e mantém-se aberta. Refere ainda a carta da Junta de Freguesia que a escola está em bom estado de conservação e que tinha sofrido obras recentemente. Para além disso, as crianças estão em territórios dispersos o que aumenta não só os custos com transportes, mas todo o tempo que demora a recolher as crianças e a entregá-las”.

Além disso, finalmente a DREN pede um esclarecimento à Câmara sobre a sua posição. Relativamente a este esclarecimento, leu o último parágrafo do parecer assinado pelo então senhor Vereador Dr. Abel Coelho, que diz: "A proposta de encerramento feita pelo agrupamento foi efectivamente concertada com a Câmara Municipal e participada pelo Conselho Municipal da Educação convictos que todos estávamos a oferecer condições educativas modernas e que estávamos a pensar na região, em conformidade com as políticas há muito definidas pelo Ministério da Educação. Porém reafirmamos que não é a Câmara que encerra ou abre escolas, a câmara empenha-se em encontrar as melhores soluções de desenvolvimento e bem-estar para os seus munícipes, principalmente os mais pequenos e lamentamos que a Junta de Freguesia não compreenda que o que se oferece é muitíssimo mais do que se tinha ou podia oferecer".

Portanto, se para um caso um centro escolar é válido, por que é que para os outros três casos não o é?

Por último, reportando-se a uma questão levantada na última reunião da Assembleia: "por que é que a EBI do Marão foi a escola de referência para aqueles alunos das três freguesias" explicou que em 2012 a tutela procedeu a uma reorganização dos agrupamentos de escolas e que no concelho de Amarante se passou de quatro agrupamentos de escolas para dois "mega-agrupamentos" e que nesta reestruturação o Agrupamento de Escolas do Marão passou a estar integrado no Agrupamento de Escolas de Amarante. Por isso, porque o órgão de gestão é o mesmo e por uma necessidade de gestão de recursos materiais e humanos é que aquelas crianças foram integradas na EBI do Marão e não nas escolas do 1º ciclo da cidade.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra começou por dizer que não ficava surpreendido por se estar a discutir de novo este tema. Os temas importantes são para serem discutidos no órgão máximo do município. Esta é uma questão essencial. Há neste processo leituras e decisões políticas que devem ser tidas em conta. Houve numa primeira fase uma má decisão política, estratégia do Executivo Municipal já reconhecido, e que é provada na correspondência em que erradamente foi dado um parecer para uma decisão que não foi a mais acertada. Em política não conta só a solução final. Em política conta muito aquilo que nós fazemos para chegar à decisão final. É por isso mesmo que este caminho que a Autarquia fez, foi um caminho errado. Se tivesse feito outro o resultado final teria sido certamente outro. Portanto as leituras políticas também deviam ser feitas.

Relativamente à Carta Educativa, já é tempo do PSD olhar para o futuro, sem estar sempre a olhar para o espelho retrovisor. Porque quem olha para o futuro olhando sempre para trás, nunca vai chegar a uma solução inovadora. Se não concordam com a Carta Educativa, digam o que fizeram durante um ano para a rever. Não vamos justificar os erros e a inoperância que temos no presente com questões do passado. Se não concordam com a Carta Educativa façam uma revisão. O Conselho Municipal de Educação, um órgão consultivo, neste processo, por acaso já reuniu? Durante um ano houve operância da Câmara em pô-lo a funcionar? Fez alguma coisa durante esse período de tempo? Parece-me agora pouco legítimo que se continue a justificar este tema, desvirtuando-o demagogicamente, falando do número de escolas que encerraram e para as quais todos sabemos o porquê, misturando as coisas. Misturando o que não é igual com o que é diferente. Continuamos a querer justificar um ano depois de terem tomado posse o que não tem justificação. Parece que vão chegar ao fim do mandato a concluir que o Partido Socialista, é desde o primeiro dia o culpado pela inoperância do PSD.

De seguida o senhor deputado Dr. António Araújo fez uma interpelação à mesa no sentido de saber qual a posição desta relativamente ao facto de um senhor deputado pedir à Câmara que demita uma senhora Vereadora. É uma situação inédita, para além de lhe parecer anti-democrática.

O senhor Presidente da Assembleia, disse-lhe que essa sua questão era uma não pergunta e como tal a Mesa não tem de se pronunciar sobre as opiniões de qualquer senhor deputado municipal.

Foi de seguida dada a palavra à senhora **VEREADORA DRA. LUCINDA FONSECA**, que no uso da palavra, começou por dizer que não ia falar mais no encerramento das escolas porque pensa que ficou bem esclarecida a posição inicial e o decorrer do processo de encerramento de escolas. Já todos percebemos que houve numa fase inicial uma proposta, assinada por ela que mediante os critérios que foram apresentados para a reorganização da rede educativa. Houve efetivamente uma proposta diz, no parágrafo inicial que “não obstante não podemos deixar de referir que consideramos a proposta extemporânea uma vez que ainda não temos as matrículas efetivadas, o que poderá condicionar algumas opções tomadas e por outro lado, não foi ouvido o Conselho Municipal da Educação, uma vez que aguardamos ainda por parte da DGESTE a indicação dos representantes do pessoal docente do ensino secundário e básico e da educação pré-escolar público para que possa ser constituído. Sabemos que o Conselho Municipal da Educação é um órgão consultivo, mas atendendo a que a Carta Educativa não responde já às atuais necessidades educativas do município, esta carece de uma revisão urgente, pelo que pensamos que a reflexão deveria ser alargada à comunidade com responsabilidade direta nesta matéria representada neste órgão. Isto para justificar que tinha apenas uma semana para se poder pronunciar sobre a ata que foi lida.

Foram feitos diversos contatos com a DGESTE no sentido de lhes remeterem, ou despoletarem o processo para a eleição dos seus representantes no Conselho Municipal da Educação. Em toda a correspondência, da qual já foram lidos vários excertos, existe a alusão de que efetivamente continuamos a aguardar os representantes da educação por parte da DGESTE e em nenhum momento obtivemos resposta a este pedido concreto. Em 22 de setembro foi dirigida uma carta ao senhor Delegado da DGESTE, dizendo: “O município de Amarante na sequência da cessação de funções do anterior Conselho Municipal da Educação, pretende constituir um novo Conselho Municipal, necessitando para isso da indicação dos elementos do ensino público, público secundário e do pré-escolar público. Com efeito, o município já diligenciou nesse sentido não obtendo ainda a indicação dos elementos atrás referidos. Pede autorização, no sentido de agilizar todo o processo, que possa conduzir o processo eleitoral do pessoal docente, junto dos agrupamentos das escolas e das escolas não agrupadas”. Disse a seguir que entretanto obtiveram o consentimento da DGESTE e o processo foi devidamente articulado com toda a comunidade educativa. Neste momento, já temos os últimos elementos que nos faltavam e que são os representantes do ensino pré-escolar público, os do ensino secundário e os do ensino básico público. Temos neste momento todos os elementos identificados porque eram estes os elementos que faltavam para constituir o Conselho Municipal da Educação.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por dizer que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães colocou uma questão pertinente. Disse-lhe que ia tentar agendar uma reunião com a Direção das Estradas de Portugal, de modo a tenta resolver os problemas que forem aparecendo durante a construção da auto estrada.

Relativamente aos transportes urbanos, agradeceu as palavras do senhor deputado António Araújo, dizendo-lhe que neste momento ainda os estão a monitorizar, para caso a caso ir melhorando.

Disse de seguida à senhora deputada Flávia Queirós, que relativamente ao Quartel da GNR, o projeto de arquitetura está em vias de ser adjudicado, para se poder avançar com a obra, embora a demolição já ontem tenha começado.

Continuou a intervenção para dizer à senhora deputada Octávia Clemente, que cada vez mais ela o surpreende com a falta de honestidade intelectual que ultimamente tem usado. A senhora deputada esqueceu-se de referir o último ofício e também o e-mail que o Presidente da Câmara enviou para a DGESTE. Isso não lhe parece sério. É

lógico que não vai deixar fechar a escola do Marão, mas também não foi ele que a mandou construir. Como tem condições vai continuar aberta.

Respondeu de seguida ao senhor deputado Manuel Pinheiro, dizendo-lhe que na intervenção que fez, foi deselegante para com o Presidente da Junta de Jazente, uma vez que este veio muito vezes solicitar que não se fechasse a escola de Jazente. Não foi muito feliz com a intervenção que veio fazer à tribuna.

Concluiu dizendo que parece que "Querem continuar com as novelas". Mas enquanto for Presidente da Câmara, vai procurar acabar com todas elas. Vai conseguir fazer aquilo que o PS não conseguiu em vinte e quatro anos. Vão continuar a ouvir as pessoas ao contrário do que anteriormente acontecia. À Câmara compete ajudar a encontrar soluções.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que desonestidade é vir dizer que foi omitido um documento de 27 de junho. Aquilo que perguntou é igual ao que já havia feito em 11 de junho. Desonestidade é dizer isso. Não omitiu nada. Sempre respeitou as propostas da Câmara e do Presidente da Câmara. Disse ainda ao senhor deputado António Araújo que o PS não se manifestou contra o encerramento das escolas de Gondar, Jazente e Padronelo. Manifestaram-se sim contra a forma como foi conduzido todo o processo. Têm orgulho no passado e espera bem que ele no fim possa dizer o mesmo.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi então aberto o período destinado Às **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** previamente inscrito. Usaram da palavra os senhores: **ANTÓNIO ADELINO**, que fez a intervenção que a seguir se transcreve: «senhor Presidente, aquele pedido de tréguas aos senhores Vereadores era dispensável, já que eles não são masoquistas ao ponto de desejar e procurar que a câmara fracasse, pois a forma como ela exercer o mandato, sucesso ou fracasso, também a eles é devido; refira-se que existe uma proposta de reforma política, que consiste em os executivos camarários serem homogéneos, tal como acontece com o governo do país, pois não encontramos ministros do PS, da CDU, do BE, da oposição, fazendo parte do governo.

Relativamente à REN, passar para a tutela dos municípios (proposta do último governo PSD de Durão Barroso ou já de Santana Lopes), não sei se o senhor já tem uma opinião formada, mas senhor Presidente quando se critica que tudo se decide no Terreiro do Paço, que traçam a régua e esquadro nos gabinetes, muitas vezes sem conhecimento do terreno, será que esses ditos “iluminados” estarão mais habilitados e capazes que os locais para gerirem com sustentabilidade as suas áreas; sabe o senhor que o EIA (estudo de impacto ambiental) da barragem de Fridão refere que a albufeira irá alagar 49,3 hectares de solos de maior valor agrícola, 63,7 hectares de galeria ripícola de maior interesse, 67,7 hectares de carvalhos, 124,8 hectares (agrícola), 584,7 hectares (florestal), 159,5 hectares (natural), 146,2 hectares de RAN (reserva agrícola nacional) e, veja bem, 496,6 hectares de REN (Reserva Ecológica Nacional).

Quanto ao tema dos livros queria tê-lo encerrado na última Assembleia só que me esqueci de um pormenor e na sua resposta à minha intervenção suscitou-me o seguinte: quando afirma que «é fácil discutir à mesa do café e dar palpites, mas quem tem que decidir sou eu», tem toda a razão; o acto de decidir é um acto solitário, já agora trago à colação a saudosa Engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo, que citando Gandhi, afirmava «quando tiveres que decidir, lembra-te do efeito que essa decisão irá ter na pessoa mais miserável que conheces e só depois decide»; e então o que me esqueci e ficou por dizer diz respeito à forma correcta e transparente como apresentou a atribuição dos livros aos alunos do 1º ciclo, estava inscrita no seu programa, não enganou ninguém, disse ao que vinha, é o único crédito que lhe concedo para não dizer que o senhor não tem “pingo” de razão com tal medida; e quando alguém do seu partido afirma que se trata de igualdade está redondamente enganado, trata-se sim de “igualitarismo”, que grosso modo a medida (atribuição dos livros), seria o mesmo que

dar o RSI (rendimento social de inserção) a todos os casais jovens tivessem ou não necessidade.

Senhor Presidente, quando tantas vezes nos queixamos de que tudo decorre lá em baixo (Lisboa), sei que está a decorrer um congresso sobre Teixeira de Pascoaes, apoiado pela Câmara, não seria normal e justo que se realizasse aqui (Amarante)?

Usou de seguida a palavra o senhor **PAULO BARREIRA**, que na sua intervenção disse o seguinte: «Os municípios que optem por continuar a assegurar sozinhos a gestão dos sistemas de abastecimento de água em baixa podem não ter massa crítica suficiente para ter acesso aos fundos comunitários». O aviso foi deixado há poucas semanas pelo Ministro do Ambiente no Parlamento, ministro lembra que os municípios são livres ou de se verticalizarem, de se agregarem com municípios vizinhos e até de avançar sozinhos mas “neste caso responderão pelas suas responsabilidades”. O senhor Presidente quer comentar as declarações de Jorge Moreira da Silva dizer-nos quais as soluções para o município de Amarante caso optasse pela escolha de ficar sozinho na gestão da água do Município? Como faria o investimento de 11 milhões de euros, que irá ser feito pelas Águas do Noroeste, nos próximos cinco anos, de acordo com novo contrato assinado, na margem esquerda do Tâmega, rede onde se registam enormes perdas, degrada há mais de 35 anos? Como arranjará este dinheiro sem este novo contrato das Águas do Noroeste? Pode dizer-nos se há outra forma construir rapidamente estas novas infraestruturas sem este novo contrato?

Jorge Moreira da Silva lembra que só existem 700 milhões de euros de fundos e muitos investimentos para fazer na baixa onde se registam a maior parte das perdas. É por tanto urgente assegurar economias de escala e tarifas sustentáveis incorporando os verdadeiros custos do processo na factura. E por isso foi aprovada a “Lei n.º 10/2014, de 6 de março. Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e uma harmonização de tarifários a) Fixar as tarifas para os sistemas de titularidade estatal, assim como supervisionar outros aspetos económico-financeiros das entidades gestoras dos sistemas de titularidade estatal, nomeadamente emitindo pareceres, propostas e recomendações, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis; Regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, qualquer que seja o modelo de gestão, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis.; Pergunto afinal quem aumenta os preços da água e fixa os tarifários não é o Governo, através da Entidade Reguladora? Então este aumento era mesmo inevitável e nada tinha a ver com passado, mas sim com políticas do governo? E então pergunto afinal foi muito bom para o município ter os preços de água tão baixos nos anos anteriores, já que agora todos os municípios vão ser regulados pelo novo tarifário nacional?

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) recomenda a existência de tarifas sociais e de tarifários específicos para famílias numerosas, independentemente do seu rendimento, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), organizações não-governamentais sem fins lucrativos e outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social assim o justifique. Pergunto, se já existem tarifários especiais para estes casos?..E como vão aplicar os seis milhões de euros, esta câmara já recebeu como compensação para integrar o sistema municipal?

Perante tal confusão e visto tratar-se de um assunto de grande importância para os amarantinos é parte do seu desafio, senhor Presidente, promover um debate público, de esclarecimento aos amarantinos o mais rapidamente possível”.

Prosseguiu ainda a sua intervenção para dizer que: "Declarações discriminatórias, recentes, do Diretor do Hospital Tâmega e Sousa, que admitiu que o novo Hospital de Amarante foi sobredimensionado e que os Amarantinos terão de se deslocar ao Hospital Padre Américo, para ter cuidados de saúde. Qual é afinal a estratégia para a saúde, na nossa região? Porque há ausência de posição sobre esta

matéria? Como explicar as declarações recentes do Diretor do Hospital Padre Américo na tentativa de fazer desaparecer, através do esvaziamento e não funcionamento do Hospital Amarante? Como justificar a falta evidente da perda de médicos/profissionais de saúde? A perda da pediatria, da ortopedia, da cirurgia, o não funcionamento dos serviços de cirurgia de ambulatório? Como justificar a retirada de equipamento para o Hospital de Penafiel? A autarquia não têm posição activa neste processo? Porque que é que a autarquia, que ajuda tantas instituições e equipamentos, que não são da Câmara, nada diz e nada faz em defesa da saúde de proximidade dos Amarantinos? Já foi questionado o Diretor do Hospital Padre Américo? Já se falou com o Secretário de Estado da Saúde reclamando como vai ser corrigida esta desigualdade discriminatória e injusta de retrocesso social e de inversão do compromisso do governo, para com os habitantes desta região?

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por dizer ao senhor Paulo Barreira que está disposto a discutir o negócio das águas, já hoje se ele quiser. Os amarantinos vão conhecer esta novela que começou em 6 de junho de 2011. Não sabe quem lhe encomendou o serviço mas vai promover essa discussão para de uma vez por todas esclarecer este assunto. É asneira ou maldade o lhe que estão a fazer.

Respondeu de seguida ao senhor António Adelino, a quem disse que a decisão que tomaram foi a melhor. E foi a melhor porque 60% das crianças que foram beneficiadas, são crianças que têm escalão. Contrariamente ao que ele próprio pensava era que quem tinha escalão A era financiado a 100%. Não é verdade. Recebiam trinta e poucos euros quando a média anual com o custo dos livros anda à volta dos setenta euros. O dinheiro que é gasto nesta Câmara não é dele. É de todos nós, de todos os amarantinos. No fundo há um esforço de todos os amarantinos de ajudar as crianças que tem o escalão A e as que tem o escalão B, cujo somatório dá 60%. É um universo muito grande e só por isto valia a pena a medida que tomamos. Quando dizemos que estamos a ajudar quem tem muito dinheiro, sabemos que infelizmente quem o tem sai fora deste universo. Vai continuar a defender a medida. Também concorda que as crianças do ensino privado tenham também acesso. A proposta é que este ano essas crianças tenham acesso aos livros do primeiro ciclo.

Relativamente ao congresso sobre Teixeira de Pascoaes, disse-lhe que é uma organização da Universidade de Letras de Lisboa. Começou em Lisboa e acaba em Amarante daqui por dois anos. Daí a razão de Amarante se associar ao evento, porque se trata de um escritor amarantino a quem pretendem dar mais visibilidade e mais expressão. Portanto, temos de nos associar a alguém que trabalha em prol de Teixeira de Pascoaes mesmo que isso aconteça em Lisboa. O encerramento do congresso vai ser em Amarante

De seguida, e continuando a responder ao senhor Paulo Barreira, disse-lhe que não percebeu o alcance da intervenção que ele fez. Lá iremos chegar. Perguntou-lhe se ele era ponta de lança de alguém? Obviamente que estando ligado ao Partido Socialista, não é de certeza da coligação Afirmar Amarante. Afinal o senhor vem desculpar quem? O anterior Executivo? Não consegue. O anterior Executivo tem responsabilidades nesta e noutras matérias que até hoje não foram abordadas. Ele vai abordar todas as matérias sem medo, porque não se esconde. Hoje falou-se muito de educação, mas curiosamente não falaram de toda a educação do concelho de Amarante. Porquê? Estão com medo de alguma coisa? Isto não basta só as declarações de voto. Eu hei-de falar. Fica o recado dado. Relativamente a esta matéria sempre foi contra. E sou contra por uma razão muito simples. É que quem faz contas chega à brilhante conclusão de que os 11 milhões de que o senhor Barreira falou não correspondem à verdade. Seis milhões já foram gastos Os 6 milhões de euros são de investimento que já foi feito em que a Câmara pediu empréstimo, que está a pagar. A Câmara adiantou o dinheiro e vai ser ressarcida. Nós não recebemos dinheiro nenhum e quem lhe disse isso mentiu-lhe. Aliás, ainda tem de pagar um milhão e tal que é para o capital social Além de não recebermos ainda pagamos. Assim como vamos

pagar a fatura da água, com um valor mensal de 30 mil euros. Continuou a intervenção dizendo-lhe que num ajustamento a 5 anos, em 5 metros cúbicos de água que hoje possa gastar e pelos quais paga cinco euros e cinco cêntimos, vai pagar no ajustamento a cinco anos 15 euros e trinta e cinco cêntimos. Em 10 metros cúbicos, quem hoje paga oito euros e trinta e cinco cêntimos, vai passar a pagar vinte e seis euros e cinquenta e trinta e dois cêntimos. Os 15 metros cúbicos, que custam hoje vinte e oito euros e sessenta e seis cêntimos, custarão daqui a cinco anos 67 euros e sessenta e oito cêntimos. O consumo industrial, que engloba por exemplo os restaurantes que gastam hoje cerca dos 80 metros cúbicos, e pelos quais pagam 164 euros e 41 cêntimos, pagarão daqui a cinco anos 299 euros e oitenta e oito cêntimos. Esta é a realidade. Hoje, muitos já começam a ser contra. Vai explicar-lhe porquê. Nós hoje recebemos um milhão e oitocentos mil daquilo que é a fatura que damos aos amarantinos para pagarem, estando mesmo assim abaixo daquilo que devia ser o ponto de equilíbrio. Devíamos receber mais um milhão para ficarmos num ponto de equilíbrio para não perdermos, para não gastarmos dinheiro. Obviamente quem pratica boa gestão deveria ter começado há uns anos a fazer o ajustamento tarifário. Isso e que era boa gestão. Hoje se calhar não teríamos necessidade de ter entregue a água que nos vai nos custar muito dinheiro. Com este ajustamento tarifário, e já o disse nas Águas do Noroeste, na presença de todos os senhores Presidentes de Câmara envolvidos que isto é um bom negócio para as Águas do Noroeste. Com este ajustamento tarifário a empresa vai ter um lucro de 2,4 milhões de euros. Faça contas e veja quanto é que isto dá em cinco anos. Falou em 11 milhões em cinco anos. Não são. Tire-lhe 6 milhões, porque já fazem parte da conta daquilo que foi investido no passado. Agora faça também contas aos 2,4 milhões de euros por ano, e ao lucro em cinco anos. Veja quanto é que o município investia sem precisar de ninguém se fizéssemos o mesmo ajustamento tarifário. Faça contas também, porque é isto que vamos discutir publicamente. Estamos a falar em 50 anos e num investimento de 150 milhões de euros, para oito municípios. Agora diga-me senhor Barreira se isto foi uma boa gestão do município.? Cento e cinquenta milhões para 50 anos. Acha que daqui por 50 anos vamos ter a cobertura integral? Não vamos e é disto que tem medo. Todos sabemos que há municípios que ainda têm um nível muito baixo de abastecimento de água e rede de saneamento. E este processo envolve oito municípios. Por isso quer discutir esta questão. Terá muito prazer nisso. Iremos ter política social nesta matéria porque acredita que há pessoas que num futuro muito próximo vão ter muitas dificuldades em pagar a conta da água. Que fique também registado que ele enquanto Presidente de Câmara, podia fazer política de terra queimada com este processo. Por exemplo, podia fazer que este ajustamento a cinco anos caísse quase todo no primeiro ano. Era esta a vontade das Águas do Noroeste. Setenta por cento caía logo no primeiro ano. Era esta a média, mas ele lutou para que se suavizasse o pagamento. Dos oito autarcas envolvidos dos quais a maioria são do Partido Socialista, foi ele quem fez a proposta nas Águas do Noroeste de modo a que suavizássemos o pagamento. O esforço que era para o primeiro ano, só ao fim do terceiro é que se vai fazer sentir. Isto deve-se ao seu empenho. Contrariamente a alguns, não está a fazer política de terra queimada. Está a defender aqueles que se propôs defender quando se candidatou. Quer ajudar os amarantinos a fazer uma boa gestão do seu dinheiro. É nesse sentido que nesta matéria fez um esforço e apresentou a proposta. Aliás, nesta matéria pediu a colaboração dos senhores Vereadores, que lha deram. Mas podia usar aquele expediente que durante uns anos viu; que era não dizer nada, deixar massacrar, ver no que dava e só depois é que falava. Não fez isso porque nunca o faz. Apresentou tudo isto aos senhores Vereadores, sem esconder nada na manga, porque nunca esconde e por isso pediu-lhes o apoio. Eles podem atestar a veracidade disto. Eles também propuseram que se suavizasse, até porque isto é uma política de bom senso.

Terá um enorme prazer me discutir com o Partido Socialista esta matéria, até porque também tem a necessidade de explicar isto aos amarantinos. Não vai aceitar

que digam que foi ele, que agora está cá, que fez este empolamento. Já agora qual seria a medida que se podia tomar? É muito fácil. Nós podíamos apresentar propostas. Aliás, disse na CIM, que se poderia fazer uma gestão integrada com todos os municípios envolvidos neste processo das águas. Assim como a podíamos fazer com a iluminação pública, com os transportes públicos, bem como noutras matérias. Disse ao senhor Ministro, que este negócio, feito a nível nacional é um mau negócio para o país. Não tem a menor dúvida que isto vai ser alienado no futuro, porque há-de haver um governo que vai olhar aos números. Se calhar até serão os chineses que vão comprar, porque são eles que têm o dinheiro. Isto não pode ser, porque é um património nosso, do país e por isso é que acha que está mal.

Terminado o período de antes da ordem do dia, foi proposto pelo senhor Presidente da Assembleia um intervalo de 5 minutos, que foi por todos aceite.

Decorrido o intervalo, passou-se de imediato para o Período da Ordem do Dia.

PONTO Nº 1 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CAMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que como ponto prévio queria solicitar ao senhor Presidente para que para a próxima, em termos de tempos, conforme tem sido procedimento habitual, que avisasse as bancadas quando eventualmente esteja o tempo prestes a acabar, se não isto pode ser entendido, que não foi, como uma forma subtil de retirar a palavra às bancadas. Agradecia que fizesse esse aviso às bancadas.

Disse também que como ponto prévio queria dizer que quanto a estas atividades, volto a lançar o repto ao senhor Presidente da Junta de Vila Meã, para que venha dizer, bem ou mal, do projeto viário da sua freguesia, ou pelo menos para se pronunciar sobre ele. Nós gostávamos de saber qual a sua opinião acerca disto. Também pensou que quando o senhor deputado Hugo Carvalho veio usar da palavra, fosse para dizer bem de alguma coisa feita pela coligação, conforme já prometeu. Pensei que viesse dizer bem do projeto viário de Vila Meã ou doutra coisa qualquer que se tenha feito bem.

Mas posto este intróito e quanto a este ponto que é só de apreciação queria só realçar o facto de se conseguirem ainda candidaturas a fundos estruturais no chamado overbooking. É um bom princípio, uma vez que há candidaturas de montante significativo. Espera que consigam concretizar-se e é de facto um bom caminho e porventura uma mudança de paradigma relativamente ao que se fazia no passado.

JOSÉ JOAQUIM TEIXEIRA – PS

No uso da palavra, disse que relativamente à situação financeira não há nada a apontar, uma vez que os dados são idênticos aos constantes no relatório anterior. De qualquer das formas, vimos como positivo a posição do município a nível do endividamento, bem como do saldo disponível. No que se destaca do relatório de atividades, e às candidaturas do overbooking, achamos que são positivas. Convém lembrar que muitas delas são hoje possíveis de realizar porque no passado também foram efetuadas e pagas e por isso é medida excecional, de que o município de Amarante goza, conforme prova o que foi realizado pelo anterior Executivo. Destaca-se o Centro Escolar de Travanca, os campos de ténis. Por estas razões verifica-se que a realização destas atividades vem na linha de continuidade do passado e por isso não há muito a destacar.

VITOR REI – PSD

No uso da palavra, dirigiu-se ao orador anterior para lhe dizer que ele não deve ter lido muito bem a informação que referiu. Quando fala de overbooking, não parece muito bem saber do que está a falar, porque efetivamente estas candidaturas são feitas

porque as obras estão feitas. Na altura em que o anterior Executivo lançou as obras, o Dr. Armindo Abreu, a determinada altura disse que não queria malbaratar o dinheiro dos contribuintes europeus. Fez as obras sem ter feito as respetivas candidaturas. Nota-se aqui a diferença de paradigma. Por isso, senhor deputado informe-se acerca daquilo que está a dizer.

LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra disse gostaria de saber da boca do senhor Presidente ou do senhor Vice-Presidente o porquê e qual o motivo da obra que está a decorrer no Convento de S. Gonçalo, obra essa que vem na sequência da que tinha sido feita anteriormente. Porquê esta obra agora?

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, começou por dizer que lamentava o ponto prévio que o senhor deputado António Araújo anteriormente fez e a pressão que tem sido feita aos senhores Presidentes da Junta do PS, pressão essa desnecessária e que em nada dignifica.

Referiu-se de seguida aos transportes urbanos VIA, dizendo que são essenciais e muito úteis, principalmente no percurso que vai até ao Hospital. Pediu aos amarantinos que os usem, porque só dessa forma serão sustentáveis. A ideia embora já vinda do passado, só agora foi concretizada. Fica o registo.

Quanto à mudança de paradigma, relativamente ao overbooking, gostava de perguntar ao senhor Dr. António Araújo e ao Dr. Vítor Rei, se conhecem as obras que no passado o Executivo PS também candidatou no regime de overbooking e que venham à tribuna dizê-las, para que não se pense que isto foi uma mudança de paradigma e que nunca foi feito. Não sabe ao que se referia o Dr. Vítor Rei, quando disse que o então Presidente da Câmara, não queria malbaratar os dinheiros comunitários. Há inúmeras obras municipais candidatas às respectivas medidas na altura em que os quadros comunitários foram abertos, usando os benefícios que estavam disponíveis, constando dos relatórios os valores que foram utilizados. O overbooking significa que objetivamente a taxa do QREN, tem um valor de execução abaixo daquilo que estava previsto. Relativamente a este Quadro Comunitário, nem sequer tão pouco por decisão deste governo chegou a ser aberta a segunda fase de candidaturas e por isso abriu-se o regime de overbooking. O atual executivo vai tentar candidatar essas obras, o que efetivamente só será possível porque já estavam concluídas até 31 de outubro de 2014. Haverá ainda algumas que poderão ser finalizadas até Julho de 2015. O Município e bem vai candidatá-las. Portanto não há mudança de paradigma nenhum. Há que aproveitar o que existe e utilizar o que de bom o PS fez no passado.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra, começou por perguntar se haverá algum Município que não queira viver de fundos próprios? Não é esse o objetivo de um país? Não é essa uma visão estratégica? O ideal é que não estivéssemos dependentes do exterior. E também não é um bom princípio político não malbaratar dinheiro? Não é um bom princípio de gestão? Nunca ninguém do Partido Socialista disse que não podia nem devia haver candidaturas a fundos comunitários. Agora, o que é preciso é sermos rigorosos na gestão dos dinheiros públicos. Só porque temos um financiamento europeu não devemos fazer todo o tipo de investimento, mesmo que ele não seja bom. Isso é diferente. Isso é uma marca do PS. Somos rigorosos. Se não está habituado a isso, esse é um problema da bancada ou do Executivo. O PS tem orgulho nessa gestão e continuaremos a dizer que é bom este Executivo recorrer a fundos comunitários porque a taxa de execução não chegou à que devia e por isso há disponibilidade. Podemos até ter um overbooking de dois milhões e meio de euros, o que é bom e como tal o PS congratula-se pelo atual Executivo fazer esse esforço. Isso nada tem a ver com

malbaratar dinheiro público. O objetivo do país é não depender de fundos comunitários. O objetivo de uma Autarquia deve ser o mesmo. Esta é portanto uma não questão.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, referiu-se às palavras do orador anterior, perguntando-lhe se é um bom princípio fazer uma boa gestão sem recorrer aos fundos comunitários, quando eles estão disponíveis? Quando essa expressão foi dita, estava o PSD na oposição e disse na altura ao senhor Presidente da Câmara que “com o dinheiro que gastou no arranjo do Arquinho, cerca de 1,5 milhões de euros, se tivesse feito uma candidatura para a regeneração urbana, podia ter investido no centro da cidade dez milhões de euros, com um milhão e meio de euros, fazendo a mesma coisa, gastando o mesmo dinheiro, faria muito mais obra. Acha que o centro da cidade não precisa de uma intervenção? Acha que isto não é um bom princípio de gestão? Se a Câmara teve de gastar um milhão e meio de euros, onde podia ter investido dez milhões? Acha que isto era malbaratar alguma coisa? Acha que isto era malbaratar dinheiros públicos? Malbaratar fundos públicos é você investir um milhão e meio de euros, quando podia investir dez milhões de euros e não os investiu. Agora, vai ter mesmo de os investir, porque o centro da cidade precisa de grandes investimentos”.

Usou de seguida a palavra, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, que disse que quem deve gerir o tempo de uso da palavra é a bancada, ou o líder de cada força representada na Assembleia Municipal. Disse ainda que queria fazer duas observações ao Dr. António Araújo. A primeira, é que se no decorrer de alguma intervenção por parte de algum senhor deputado, fosse ultrapassado o tempo, é evidente que não cortava a palavra, coisa diferente, é alguém querer intervir de novo depois de já ter esgotado o tempo.

A segunda observação prende-se com facto de, enquanto Presidente da Assembleia, não poder usar o contraditório, o que o leva a pedir ao senhor deputado António Araújo que numa próxima Assembleia traga documentação comprovativa de que o Presidente da Assembleia Municipal, disse o que ele diz que disse e nas circunstâncias que aqui referiu.

ANTONIO ARAUJO – PSD

No uso da palavra disse que apenas queria que ficasse um registo, nomeadamente no que diz respeito ao que o senhor deputado Hugo Carvalho disse. A opinião do senhor Presidente da Assembleia acerca das suas intervenções está fora de questão. Ele também não dá opiniões acerca das intervenções do senhor Presidente da Assembleia, Portanto o senhor Presidente não deve fazer processos de intenção. Não é isso que estamos aqui a discutir, mas sim política. Apenas quer saber se o senhor Presidente disse ou não aquilo que ele anteriormente disse na intervenção que fez?

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, usou de novo da palavra para dizer mais uma vez que gosta do contraditório e possivelmente na próxima reunião vai responder-lhe. Pediu-lhe que viesse preparado com a documentação para provar o que disse. Mais nada do que isso.

Foi de seguida dada a palavra ao senhor **VICE-PRESIDENTE DR. JORGE MENDES**, que respondendo à questão anteriormente colocada pelo senhor deputado Engenheiro Luís Van Zeller, relativa às obras na igreja de S. Gonçalo, disse que a obra que está a ser executada, é um obra com carácter de urgência, porque entrava a água numa parte muito importante da igreja, estando a causar danos. A Câmara tem tido um bom relacionamento com a Direção Regional da Cultura do Norte e no âmbito desse bom relacionamento a solução que se encontrou, dado o carácter de urgência, foi a Câmara ter de realizar a intervenção. Essa intervenção foi devidamente concertada. O Município não é dono do espaço, mas teve todas as autorizações necessárias em

tempo recorde, coisa pouco habitual no nosso país. Neste momento, a obra está em fase de finalização. Ainda relativamente à igreja de S. Gonçalo, e no âmbito do acompanhamento que temos feito, coloca-se agora a questão de toda a cobertura, que necessita urgentemente de uma intervenção. Estamos em vias de executar um protocolo com Direcção Regional de Cultura do Norte, para se poder fazer um levantamento cuidado da situação estrutural da cobertura. De seguida será elaborado um projeto de intervenção a executar com a maior brevidade possível.

Usou de seguida a palavra o **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, que na sua intervenção começou por dizer que tem sido feito um levantamento de todas as obras executadas desde 2007 para cá, no sentido de as enquadrar no overbooking. Acontece que nós não temos nenhuma garantia da aprovação destas candidaturas, porque neste momento nem sequer sabemos se há dotação orçamental para isso. Desde que a legislação nos permita enquadrar algumas obras como é o caso daqueles que estão aqui referenciadas, fazemos a candidatura e vamos esperando para ver o que é que acontece. Por exemplo a candidatura à obra do arquinho entrou. Só que também aguardamos que a ARU seja aprovada. Só com a ARU aprovada é que esta obra tem cabimento nessa candidatura. Há aqui alguma relação causa efeito que algumas vezes cumprimos, outras não. Certezas não temos porque não sabemos qual a dotação orçamental. A única coisa que foi aprovada até agora, foi a requalificação dos campos de treinos do Amarante Futebol Clube, com um investimento de quase um milhão de euros, foram considerados elegíveis 556 mil euros, tendo sido aprovados 473 mil euros, o que é bom. É para isso que servem os fundos comunitários. Se há fundos disponíveis, sejam eles dos contribuintes europeus, ou dos amarantinos, em que nós podemos fazer o seu enquadramento e candidatura, isto é uma boa gestão. É uma boa gestão numa empresa, numa Câmara, numa IPSS, é uma boa gestão em qualquer lado. Ou seja, não é fazer candidatura porque há ali uma verba disponível; e nisso concordo com o senhor deputado Hugo Carvalho, é porque temos a necessidade, está identificada a obra e havendo verba para isso fazemos a candidatura.

Daí, e conforme o Dr. António Araújo anteriormente disse, em campanhas eleitorais às vezes as coisas vão saindo, vão saindo algumas frases de que depois nos podemos arrepender e quando falamos em malbaratar o dinheiro dos contribuintes europeus, efectivamente foi isso que foi dito. Está dito, está filmado e toda a gente nesta sala viu. Na altura, também criticou, porque também entendeu que é aí que estão as práticas de boa ou má gestão. É que na altura, a obra do Arquinho demorou alguns anos a ser executada e ainda hoje é uma obra inacabada, porque ainda é necessário fazer algumas requalificações e retificações à obra. Mesmo assim foi ali gasto bastante dinheiro. No decorrer dessa obra dizíamos que uma regra de boa gestão tinha a ver com aquilo que vamos gastar na obra, sem a contrapartida nacional de uma candidatura que fazemos e onde vamos buscar 10 milhões de euros, neste caso oito milhões e meio de euros, mais aquele um milhão e meio de euros que gastamos, mais dez milhões e meio de euros na saúde, entendemos nós que isso seria uma boa gestão, até porque só teríamos um Solar dos Magalhães que gostaríamos de requalificar, até porque teríamos um Cine Teatro que também gostaríamos de requalificar, bem como algumas parcerias com privados e ainda um sem número de situações que o centro da cidade precisa. Isto é um ato contínuo. Isto não se esgota aqui, nem se irá esgotar até ao fim deste mandato em que nós temos de olhar para a cidade e ir ajustando e ir adaptando. Há a questão da iluminação que tem de ser requalificada e é para isso que servem os fundos comunitários. Com o novo Quadro de Apoio teremos de procurar ir buscar ali dinheiro. Podemos antecipar as nossas vontades, mesmo que sejam concretizadas daqui a três ou quatro anos. É para isso que servem os fundos estruturais e comunitários.

Continuou a sua intervenção referindo-se à intervenção da senhora deputada Dra. Octávia Clemente que falou no VIA e por isso agradece as suas palavras. Disse que este é um projeto já com muitos anos, que todos tentaram implementar, mas que

só agora foi possível pôr a funcionar. Os circuitos que estão hoje disponíveis, foram os possíveis, embora muita gente pergunte porque não vão os autocarros por exemplo ao Barracão. Gostaria que isso um dia acontecesse, bem como para outros lugares, mas neste momento isso não é possível, uma vez que muitos desses circuitos que lhe pedem, estão concessionados a outras empresas. Para que no futuro se possa passar por lá, a Câmara vai ter de pedir autorização especial para poder passar aí com o autocarro VIA. Só depois disso é que esses novos circuitos poderão vir a ser efetuados. É importante que as pessoas saibam que isto terá de passar por essas autorizações.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** que disse ser muito pouco elegante que se fale no anterior Presidente da Câmara, quando todos sabemos que ele não pode usar da palavra. No seu caso, e como gosta do contraditório, pergunta-lhe mais uma vez se durante a execução do QREN, houve algum concurso aberto para fazer candidaturas para a construção ou manutenção de equipamentos desportivos?

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA URBANA DA CIDADE DE AMARANTE

Relativamente a este ponto usou da palavra o senhor **VICE-PRESIDENTE** para dar uma explicação prévia sobre o assunto. Começou por dizer que no início do ano corrente estabeleceram contactos com a Porto Vivo, sociedade de reabilitação urbana do Porto, que foi aprovada por maioria no Executivo e que permitiu desenvolver a ARU para Amarante ainda numa fase não final. No conteúdo deste contrato ficaram definidas três fases. Ficou a fase um que é a que hoje estamos a discutir, denominado no contrato como sendo a de “Projeto de delimitação da área de reabilitação urbana de Amarante”. Temos a fase dois, designada por “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana”, mais alongado. Finalmente haverá uma fase três designada por “Acompanhamento do Processo da ARU”. Esta foi a metodologia, depois de várias reuniões que foi entendida ser a melhor. Poderia ter sido seguida outra, mas a lei permite que assim seja. A partir do momento que seja publicado em diário da República a atualização do Código Regulamentar do Município, entra de imediato em vigor a ARU. A partir desse momento, todos os privados podem beneficiar de imediato de todos os benefícios e incentivos fiscais previstos. Isto tem como objetivo claro tentar antecipar o investimento dos privados na zona que agora se apresenta para aprovação em termos de delimitação. Evidentemente que esta foi a razão fundamental, embora havendo o feedback de que poderiam vir a existir vantagens com o novo Quadro 20/20 em termos de candidaturas. Esse foi um motivo forte que motivou a equipa a utilizar esta metodologia.

No concreto e relativamente a este documento que agora se apresenta, é a memória descritiva e justificativa da delimitação urbana propriamente dita e o quadro de benefícios fiscais associado aos impostos municipais e outros que decorrem automaticamente.

Continuou a intervenção para dizer que gostaria, de relativamente à memória justificativa e de delimitação citar alguns números para reflexão de todos e que tem a ver com os Censos. Os resultados dos Censos de 2007/2011, mostram que Amarante perde 5,7% da população, mas curiosamente as três freguesias centrais que são algumas das que intercetam a área cresceram cerca de 3,5% no que diz respeito à população; ou seja, o que está a acontecer é que o concelho está a perder população globalmente, mas estas três freguesias aumentaram a população. E na área que se propõe agora aqui para delimitação a população cresce 16%. Como se isso ainda não fosse suficiente há uma inversão entre os anos 2001/2011 dos grupos etários. Se é verdade que em 2011 o grupo etário dos jovens era superior ao grupo etário dos chamados seniores, a verdade é que para além de perdermos população, temos

também esta inversão etária, o que significa que se nada for feito, dentro de dez a quinze anos a situação tornar-se-á grave. Relativamente à anterior delimitação, se retiramos a zona de Stª Luzia e Campo da Feira, perdemos 25%. Estamos portanto perante números que merecem a nossa reflexão. Relativamente ainda à memória descritiva e justificativa, impunha-se que fossem definidos os objectivos estratégicos que estão plasmados no documento. Relativamente ao primeiro que diz respeito à “Conservação e Preservação do Património Edifício”, incluindo os valores históricos e materiais, dinamizar as atividades económicas, revalorizar e potenciar a componente residencial do centro urbano, designadamente ao estímulo e criação do mercado de arrendamento favorável a um maior equilíbrio dos diferentes grupos etários presentes e incrementar a acessibilidade ao centro da cidade e à mobilidade dos utentes. Evidentemente que este documento que agora apresentamos será a pedra angular para crescermos com outros instrumentos e outros projectos, nomeadamente a requalificação da margem do rio, entre a antiga ETAR, agora encerrada, até à nova ETAR em Vila Caiz. Relativamente aos objetivos específicos, deve em primeiro lugar promover-se o processo de reabilitação e requalificação do património edificado natural, público e privado, embora nesta fase o ênfase é dado sobre o setor privado. Temos recebido alguns potenciais investidores em que para eles a ARU é um bom incentivo. Esperemos que de facto se confirmem as suas intenções. Aliás, uma delas já está confirmada. Será um bom investimento. Em segundo lugar devemos agilizar os procedimentos de licenciamento municipal. Em terceiro lugar devemos mobilizar a comunidade dos interessados no processo da reabilitação urbana. Para isso é preciso fazer um esforço de publicidade/divulgação, dando a conhecer quais os benefícios que os privados poderão obter através dos documentos que hoje se apresentam. Os benefícios são muitos.

Relativamente à própria delimitação, existem dois eixos. A equipa técnica tem realçado, em termos de estratégia que Amarante tem características que poucas cidades têm no país, o facto da cidade e do rio estarem muito próximos. A verdade é que a nossa cidade está a uma cota superior ao rio, o que lhe dá as tais características únicas. Relativamente ao edificado, temos um eixo centenário que vai do Arquinho a Stª Luzia/Solar dos Magalhães. Depois a partir daí podemos discutir a proposta em concreto. Estes dois eixos terão de ser uma referência na delimitação. Entre a proposta que não colheu o consenso e esta, existe agora um espaço novo, que é a zona denominada Campo da Feira, uma outra zona onde existe uma indústria metalúrgica, bem como toda aquela zona da Rua de Guimarães que depois termina na Rua Nova. Este aditamento surgiu porque temos previsto para ali uma intervenção muito importante que é a requalificação do Nó Viário do Salto. A aprovação por parte do Executivo não será a que estava prevista, porque a intervenção para além de muito onerosa não é também uma intervenção que se deva fazer numa cidade como a nossa. A requalificação do Nó Viário do Salto impõe que toda aquela zona seja pensada em termos integrados. Entretanto houve mais algumas áreas que foram inseridas para que o processo assumia alguma coerência. Sabemos que o início e o fim de um eixo viário é importante. Entendeu-se então que deveria ser considerada a zona de Stª Luzia, embora de construção recente, mas que em alguns casos precisa de requalificação de algumas das fachadas ali existentes.

Importante foi também considerar que a Noroeste do Complexo Desportivo da Costa Grande é ainda de incluir um espaço onde se pretende fazer as termas, na expectativa que os fundos estruturais venham a ser favoráveis.

Outra questão que se levanta é a dos incentivos fiscais. Alguns deles decorrem da decisão da própria Assembleia e há outros que são automáticos. Um dos que decorre da decisão da Assembleia é o IMI. Havendo melhorias, visíveis antes da recuperação e depois da recuperação, com base nessa melhoria as pessoas beneficiarão ou não deste ou doutros incentivos.

Relativamente ao IMT, estarão isentos deste imposto os prédios reabilitados e destinados a habitação própria. Há ainda vantagens a nível de IRS, podendo os

proprietários deduzir à coleta até ao montante de 500 euros ou então 30% dos encargos suportados com a reabilitação.

Uma outra grande vantagem é a questão do IVA. Nas obras que forem executadas, incidirá apenas uma taxa de 6%.

Foi esta semana publicado no Diário da República um aviso com vista à regularização do Código Regulamentar para Amarante, onde estão plasmadas as isenções que têm a ver com a reabilitação urbana. Tudo o que se propõe, são 80% de redução para as taxas devidas pelo licenciamento, pela ocupação da via pública e pela afixação da publicidade. Está previsto um prazo de 12 meses, prazo este que vão tentar acelerar, para mais rapidamente se poder dar continuidade ao processo. Para isso, vai ser elaborado o programa estratégico de requalificação e revitalização da área de reabilitação urbana, estabelecendo um prazo para a execução das obras, definindo as prioridades e os objectivos a prosseguir. Estabelecido o programa, vão determinar o modelo de gestão, vão apresentar o quadro de apoios e incentivos, descrever o programa de investimento público, matéria esta que terá de ser muito bem trabalhada. Serão aceites ainda sugestões, sendo por último definido o programa de financiamento. Tudo isto será tratado numa fase dois. Haverá uma fase três, com uma duração prevista de 4 meses, que tem a ver com o acompanhamento do processo de aprovação. É isto em traços gerais, que hoje se pretende fazer aprovar.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que queria realçar este projeto, despoletado por este Executivo e pela vontade política também do atual Executivo. Mereceu inicialmente uma reprovação por parte da oposição. É claro que aqui o argumentário pode ir até ao infinito, mas conseguiu chegar-se a um consenso. Regista esse facto com agrado. Houve a capacidade, por um lado em gerar esse consenso e houve sentido de responsabilidade por parte da oposição. Regista isso também com agrado. Trata-se de um projeto estruturante e relevante para Amarante, quer para os proprietários públicos quer privados, mas também para as empresas que se espera venham a ter um acréscimo de trabalho. O centro urbano de Amarante em muito beneficiará com isso. Poderá haver outras ARU e nesse caso espera que abranjam a área de Vila Meã que também necessita.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve: “A Câmara Municipal de Amarante, em reunião de 17 de março de 2014, apresentou uma proposta de arranque ao processo de criação de ARU na cidade de Amarante, em particular no seu centro histórico, onde solicitava os serviços da sociedade “Porto Vivo” para feitura deste trabalho. Os senhores Vereadores do Partido Socialista votaram contra esta proposta do senhor Presidente da Câmara invocando razões de natureza formal, que se prendiam com o objeto social da sociedade “Porto Vivo” que não lhe permitia intervir no concelho de Amarante. Posteriormente a esta reunião, fez-se outra a 15 de setembro de 2014 onde foi apresentada uma proposta pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante, onde contemplava uma área mais extensa e não apenas o centro histórico de Amarante. Tendo em conta esta alteração os senhores Vereadores do Partido Socialista votaram contra esta proposta, decisão essa fundamentada nas seguintes razões:

1. Exclusão da ARU de locais representativos da história da cidade de Amarante, como são exemplos o conjunto de edifícios que marginam a rua Carlos Amarante, a rua António Paulino de Cabral, a rua João Pinto Ribeiro, o caminho de Santo António, Tranqueira e Benfica, o espaço ocupado pelas oficinas de Rodrigo Matias de Magalhães e herdeiros e toda a área do Campo da Feira.

2. Também foi entendimento dos nossos Vereadores que não havia razões para estenderem a área da ARU ao longo da margem esquerda do Tâmega, na Feitoria (entre a avenida Alexandre Herculano e o Rio Tâmega devido ao facto de se tratar de

uma zona de cheia). E, desde a rotunda do Dr. Lago Cerqueira ao longo das Carvalhinhas (margem direita do Rio Tâmega), zona já infraestruturada e que contemplava locais de terrenos particulares e sem edifícios, desvirtuando um dos objetivos da ARU que é a reabilitação de edifícios e espaços públicos.

Depois da proposta do senhor Presidente da Câmara de Amarante ser chumbada a 15 de setembro de 2014, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e do senhor Vereador Dr. Pedro Barros do “Movimento Amarante Somos Todos”, a Câmara abriu um processo de consulta e diálogo com todas as forças políticas com lugar no Executivo Camarário. O Partido Socialista preparou-se e realizou um debate interno partilhado entre os senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal, e os representantes do partido, no sentido de incluir a nossa cooperação na construção deste instrumento de reabilitação urbana, para o concelho de Amarante. Em reunião do Executivo Municipal de Amarante, de 30 de outubro de 2014, foi aprovada a “delimitação da área de reabilitação urbana da cidade Amarante”, através de uma proposta do senhor Presidente da Câmara. A nova proposta, manteve a opção da ARU extravasar o centro histórico da cidade de Amarante.

No entanto dentro de uma lógica de coerência política que expressamos na reunião de 15 de setembro de 2014, conseguiu-se, privilegiar zonas como Santa Luzia, lugar do Tapado, Campo da Feira, Caminho de Santo António que a nosso ver se enquadram perfeitamente dentro da filosofia da reabilitação urbana. Por outro lado excluiu as parcelas de terrenos contíguas ao Parque Florestal.

Paralelamente, mostramos também a nossa satisfação com a eliminação de procedimentos, que não só eram irrealizáveis, como desfasados da realidade construtiva que constituem muitos dos edifícios situados no centro urbano.

Não obstante o Partido Socialista gostava de mostrar a sua preocupação relativamente a dois aspetos, a nosso ver importantes neste processo: 1. O concelho de Amarante não está imune à diminuição populacional que se verifica no país, agravada pelo infeliz regresso à imigração maciça, como consequência direta do tempo de crise que vivemos. Todos os indicadores apontam para que estamos a entrar num momento de grande contração demográfica. Somando este dado ao alargamento da área da ARU poderemos estar a dificultar o regresso das pessoas ao Centro Histórico de Amarante.

2. Concluída a primeira fase da ARU, num segundo momento será necessário definir qual o modelo de intervenção, que pode determinar o sucesso no alcance dos objetivos inerentes à reabilitação urbana.

Finalmente, não podíamos deixar de realçar este aspeto, hoje estamos aqui, porque depois da consulta atrás referida, foi alcançado um entendimento político que levou à aprovação da proposta da ARU para a cidade de Amarante. O Partido Socialista reitera, mais uma vez, que nesta como noutras matérias, está sempre disponível para o diálogo, contributo e entendimento político, em torno do superior interesse de Amarante e dos Amarantinos”.

LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra disse que se congratulava com a proposta que agora está a ser discutida. É um assunto de uma importância extraordinária para o centro de Amarante. Vai também contemplar outras zonas que também precisam de ser requalificadas. Chegou-se finalmente a um consenso e foi entendido que outras zonas para além do centro histórico deveriam ser inseridas na ARU. O PSD faz votos para que este programa, anteriormente explanado pelo senhor Vice-Presidente nos seus detalhes, tenha resultados palpáveis a médio prazo. Porque todos reconhecemos que era uma necessidade de há muito tempo para contrariar a desertificação e a degradação urbana a que estava sujeito não só centro histórico, mas também a periferia, agora abrangida pela proposta. Aliás, não foi por acaso que Santa Luzia terá sido incluída, que apesar de ser uma zona de construção recente apresenta já alguma

degradação bastante elevada. Daí que esta proposta faça todo o sentido. Da sua parte e do PSD o voto será favorável.

ANTÓNIO TOMÁS – CDS/PP

No uso da palavra realçou o bom senso que existiu em torno deste processo. Sempre foi uma vontade expressa pelo CDS, há muitos anos a esta parte. É preciso muito rapidamente investimento para Amarante. Votarão a favor.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra começou por dizer que depois de ter ouvido a explicação do senhor Vice Presidente, não podia deixar de fazer alguns reparos relativamente ao que não foi referido e que devia ter sido em abono da verdade. O primeiro reparo tem a ver com o facto da proposta agora apresentada resultar de um consenso entre todas as forças políticas. A primeira proposta foi rejeitada pelos Vereadores do PS e do Movimento Independente.

A proposta que hoje aqui temos é o resultado do consenso com essas duas forças políticas. Registamos isso com agrado. Quem ouviu o senhor Vice-Presidente fica com a ideia que a inclusão de algumas novas zonas são apenas da iniciativa da Câmara. Deve ficar o registo do contributo dos Vereadores do PS e do Movimento Independente, para que isso tivesse acontecido.

De seguida pediu um esclarecimento ao senhor Presidente no sentido de saber se já foi publicada a alteração ao Código Regulamentar de Amarante?

Sem querer tirar nenhum mérito à Câmara que faz a proposta, não é esse o seu papel e também não é essa a sua forma de estar nem a do PS, que reconhece que quando a Câmara faz bem realça, mas que também quando faz menos bem, deve a isso fazer referências.

Pretende ainda desmistificar aqui a questão dos benefícios, para dizer que alguns já existiam. Constam da proposta e reconhece que o leque é mais alargado, mas alguns deles já existiam. Por exemplo a isenção do IMI pelo período de dois anos, relativamente aos prédios que tinham sido objeto de reabilitação urbana. Um outro exemplo é a isenção do IMT, pelo prazo de dois anos, a contar da data da aquisição. A questão do IVA também não é nova. Já eram tributados à taxa reduzida várias ações de reabilitação urbana. Há efetivamente a hipótese de mais candidaturas e a possibilidade das pessoas beneficiarem de mais incentivos, mas convém não esquecer que alguns decorrem do estatuto dos benefícios fiscais.

Por último e relativamente à questão das taxas de licenciamento, se quiséssemos fazer alguma demagogia com isto, até poderíamos dizer que no passado até havia casos onde se praticava a isenção total de taxas, e o que agora é proposto é apenas uma redução.

O PS não quer tirar mérito à proposta da Câmara. Pelo contrário. Reconhece a proposta de delimitação da área da cidade de Amarante e regozija-se aqui pela postura dos seus Vereadores e do Vereador do Movimento Independente, que todos juntos fizeram esta proposta final que certamente irá ajudar a melhorar a nossa cidade e a qualidade de vida dos nossos cidadãos.

FERNANDO MIGUEL S. CARDOSO – AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra, o senhor deputado fez a seguinte intervenção: “Para que a cidade de Amarante possa dispor de um instrumento de reabilitação urbana é necessário, numa primeira fase, delimitar a sua área de intervenção para conduzir o restante processo. Atendendo à importância de dotar este instrumento das melhores condições iniciais para garantir maiores benefícios futuros, conscientes de que não existe uma segunda oportunidade para iniciar bem e por entender que a proposta inicial apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, em reunião de executivo no dia 15 de setembro, poderia e deveria ser aperfeiçoada, o Movimento Independente Amarante Somos Todos votou contra na esperança de ver melhorada a proposta inicial.

Esta reprovação originou a oportunidade de incorporar mais contributos, acrescentar e integrar na delimitação da ARU zonas vitais para a cidade de Amarante como o Largo Sertório de Carvalho (campo da feira) e zonas adjacentes, zona dos bombeiros e oficinas Matias, zona da estação do caminho de ferro, zona da Ponte Seca, Santa Luzia e parte de S. Veríssimo até à Torre.

Lamentamos ainda assim, que a nossa proposta inicial que incluía outras zonas de igual importância não tenha merecido por parte dos restantes elementos com assento nos órgãos do município a mesma bondade de integração quanto à zona de S. Lázaro, do Bairro Coronel Lima, do Bairro Cancela de Abreu, e a extensão da intervenção nas margens do rio Tâmega, balizada na praia de Frariz e ponte de Baia.

A atual proposta, apesar de não ser perfeita, apresenta uma delimitação da área de reabilitação urbana mais generosa e com condições de garantir maiores benefícios para a cidade de Amarante do que a proposta inicialmente prevista. Congratulamos a articulação de pontes entre todas as forças políticas que permitiu definir um perímetro de reabilitação urbana, certamente e merecidamente, mais condizente com os superiores interesses de Amarante.

Assim sendo, o movimento independente Amarante Somos Todos vota favoravelmente na proposta de delimitação da área de reabilitação urbana da cidade de Amarante.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, dirigiu-se á senhor deputada Octávia Clemente a quem disse que efetivamente alguns benefícios já existiam. O regime era de 2009 e foi depois revisto em 2012. As isenções de taxas que então existiam, eram aplicadas apenas em casos excepcionais e não neste caso específico. Então se tudo isto já existia porque não avançaram com a ARU? Tem de reconhecer que a iniciativa foi desta Câmara, mas que se isso vier a ser bom sê-lo-á para Amarante, podem ficar todos com os louros da sua aprovação.

JOSÉ FREITAS – PS

No uso da palavra disse que também se congratulava com este projeto. Tem uma dúvida que gostava de ver esclarecida, que é o facto da Avenida Sá Carneiro, que nos conduz à margem do rio/Rossio, não vir contemplada na ARU. Foi esquecimento?

JORGE MENDES – VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse à Dra. Octávia Clemente que a alteração ao Código Regulamentar já foi publicada em Diário da Republica.

Quanto à rua Sá Carneiro não está incluída porque tem do lado direito um edifício novo. Do lado esquerdo é já uma zona mais ou menos reabilitada, sem que haja neste momento a necessidade de qualquer intervenção.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse que existem neste momento 55 municípios que já têm ARU. O anterior executivo podia ter iniciado processo mas não o fez. Quem agora o iniciou foi o atual Executivo. Na altura da elaboração dos documentos solicitou à oposição que apresentasse ideias e soluções. É esta a sua postura. Se não as apresentaram foi porque não quiseram.

Usou de novo a palavra senhora deputada **OCTÁVIA CLEMENTE** que disse que a sua bancada irá votar a favor da proposta e que anteriormente só interveio, porque a intervenção do senhor Vice-Presidente a isso a obrigou.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação resultou a aprovação da proposta por **UNANIMIDADE**. Foi ainda votada em **Minuta** também por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2015 – A) RELATÓRIO, B) ARTICULADOS DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, C) MAPAS DAS RECEITAS E DESPESAS, D) PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, E) GRANDES OPÇÕES DO PLANO, F) PAM, G) MAPA DE PESSOAL

Começou por usar da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CAMARA**, que disse que neste momento, a exemplo do que acontecia no passado já não é possível o empolamento. Foi necessário reduzir o orçamento em seis milhões de euros. Foram ainda deixadas todas as rúbricas em aberto, para que a todo tempo possam ser reforçadas de modo a poder avançar com algumas das obras.

Este orçamento foi elaborado com a colaboração de todos os senhores Presidentes de Junta. Foi a partir daqui que veio a saber quais as grandes prioridades das freguesias. Imperou o bom senso na escolha dos critérios e houve da parte de todos muita responsabilidade.

Contou também com a colaboração ativa de todos os elementos do Executivo, que tiveram a oportunidade de contribuir para a elaboração dos documentos agora apresentados. Tem por isso orgulho em poder apresentar hoje este orçamento.

LÚCIA COUTINHO – AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Aquando da discussão dos documentos previsionais para o ano em curso (2014), o Movimento Independente Amarante Somos Todos, consciente das dificuldades que se apresentavam, ao então eleito Executivo, para produzir documentos com a importância e repercussões destes documentos, por um lado, e assumindo, por outro lado, que quem recebe o voto maioritário dos eleitores deve ter as condições para governar, aprovou o orçamento para 2014.

Apesar de termos votado favoravelmente os documentos previsionais para 2014 deixamos claro nesta AM que teríamos feito diferente, e elencamos um conjunto de propostas que, na nossa opinião, teriam contribuído para um melhor orçamento.

Não nos limitamos a dizer que aquele não era o nosso orçamento mas dissemos claramente porque não o era e o que teríamos feito de forma diferente.

Com firmeza asseguramos que estávamos dispostos a dar o nosso contributo para melhorar os documentos que são do Município e tínhamos para nós que a Coligação Afirmar Amarante seria capaz de aceitar e integrar os contributos de todos, incluindo os que são provenientes da oposição.

Dissemos na altura que tínhamos a expectativa que na próxima revisão, em abril de 2014, o executivo, dispondo de mais tempo, mais informação e com mais ponderação pudesse efetuar as necessárias correções e ajustamentos, incorporando nessa revisão as nossas propostas porque beneficiariam os Amarantinos.

Expressamos com clareza, aquando da discussão dos documentos previsionais para 2014 e da discussão da primeira revisão orçamental, que a maioria deveria dispor de todas as condições que considera essenciais para a execução do seu programa.

Ou seja, da parte do Movimento AST e enquanto oposição dissemos que a Coligação Afirmar Amarante deveria poder governar com o seu orçamento esperando nós que em cada momento fosse capaz de estabelecer pontes para uma melhor governação.

O Senhor Presidente da Câmara nesta Assembleia Municipal, na reunião de 28.12.2013, referiu que o ano de 2014 seria um ano importante para definir uma estratégia para o Município, abordou a necessidade de gerir bem e de programar o futuro e do rigor que teria de existir nos orçamentos.

Pelo que então dissemos e fomos dizendo ao longo deste ano, pelas próprias afirmações do Senhor Presidente da Câmara esperaríamos mais, muito mais deste orçamento.

Esperávamos que uma nova equipa trouxesse consigo novos ventos, uma nova abordagem da governação autárquica e que fosse valorizado o que definiu como estratégico e que teve vencimento eleitoral, o que teria de se refletir no orçamento do Município para 2015.

Durante este ano a Coligação teve todas as condições para governar, não se verificaram forças de bloqueio ou quaisquer obstáculos por parte das forças da oposição que justifiquem a não realização ou a não definição de um projeto, de uma estratégia.

Este Executivo governou com o seu orçamento, e com a sua revisão orçamental.

O Movimento, durante este ano, tomou posição sobre assuntos estruturantes para o Município e alertou por várias vezes a Coligação no poder para a necessidade de uma definição estratégica para o futuro de Amarante, o que entende corresponder a um contributo positivo enquanto oposição.

Em tempo de balanço entendemos que a Coligação poderia e deveria ter feito mais, que este ano “soube a pouco”.

Não o tendo feito não se pode queixar da oposição. O Movimento AMST tem atuado de forma responsável e empenhada em prol de Amarante.

Os documentos previsionais que hoje analisamos e discutimos são a prova do que ficou dito.

É notória a falta de estratégia e planeamento. Um conjunto de projetos não faz um orçamento.

Se tivéssemos que definir este orçamento diríamos que é o orçamento de continuidade.

É um orçamento sem rasgo, não é consentâneo com uma nova equipa que se pretendia revigorada e com uma nova abordagem.

Não resulta destes documentos previsionais a assunção de uma orientação estratégica para o município, o delinear de um caminho.

Lamentavelmente para os Amarantinos, com todo respeito por quem pense de forma diferente, decorrido um ano continuamos com um orçamento que mais não é do que um somatório de projetos, de medidas avulsas, sem articulação entre si e sem se alcançar um objetivo comum.

Apesar do que vai dito o Movimento Amarante Somos Todos vai abster-se nesta votação.

A Coligação vai merecer o benefício da dúvida, mas fica aqui o nosso alerta de que estaremos muito atentos neste próximo ano de 2015, que será certamente um ano decisivo, um ano de grandes desafios, em que a contribuição de todos é importante e desejamos sinceramente que a Coligação seja capaz de incorporar no próximo orçamento o contributo de todos, que tenhamos um orçamento mais participado e mais cuidado, um melhor orçamento.

O Movimento Amarante Somos Todos deseja sinceramente poder aprovar os próximos documentos previsionais, o que fará sem reboço se os mesmos tiverem qualidade.

É desta forma que nós entendemos a política e é assim que nós aquilatamos que devemos fazer oposição, com frontalidade, transparência, ética, contribuindo para uma melhor governação, sempre no interesse supremo de Amarante e dos Amarantinos”.

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra, disse que na vida de uma qualquer organização, como na vida das famílias a gestão de um orçamento é um documento muito importante. É como vamos agir durante o período que está balizado no tempo deste orçamento, considerando as pretensões, os anseios e as ambições legítimas e naturais, até as diferenças nas opções e nas prioridades e aquilo que é possível para concretizar esses anseios.

Este é um orçamento, de ambição, de ambição condicionada pelas limitações naturais das receitas próprias e das receitas que vamos ter de receber provenientes das leis do Estado. Se há uma coisa de que não podemos acusar este orçamento, ou quem o propõe é que não disponibilizou condições para a partilha das metas, das propostas e das prioridades na ação para o exercício de 2015. É claro que percebendo as diferenças de cada um, e também as legítimas ansiedades que estão para cada um dos nossos conceitos políticos, por mais esforço que se faça para haver um consenso vamos chegar ao fim e sempre achar que o Executivo cedeu pouco e que nós propúnhamos muito mais. Mesmo assim, percebe-se claramente que o Executivo esteve disponível para os contributos a este documento e este documento reflete também esses contributos. É um documento de todos que nos compromete, compromete o Executivo e quem deu os contributos para a sua elaboração. Compromete também a Assembleia enquanto órgão fiscalizador do trabalho do Executivo, de forma a verificar se este se desvia ou não das linhas do documento que agora apresenta. É um documento que serve o município. É um documento que na perspetiva de uns é bom e na de outros podia ser melhor, podia ser diferente, mas dadas as condições do constrangimento orçamental com que estamos confrontados é um orçamento que serve os interesses de Amarante.

Só não percebe se há alguma linha de orientação ou de afirmação refletida na declaração de voto do PS. Na leitura que faz da declaração surge-lhe uma dúvida que é o facto dos contributos do PS terem sido aceites pelo Executivo, portanto, nessa lógica não sei se merece o voto a favor ou se a abstenção. Estou em crer que nessa lógica merece o nosso voto a favor. Depois, a declaração também diz que este é um orçamento de continuidade, é um orçamento do passado, é um orçamento do PS do passado. Nisto não está de acordo. Por isso, entre votar a favor a proposta deste ano e as que vinham do passado, com a qual provavelmente não concordaria, ficaríamos no meio termo e votaríamos pela abstenção. É esta dúvida que lhe fica depois de avaliar os documentos. Mas não precisa de ser esclarecido e a dúvida fica consigo.

Diria que é um documento de compromisso e cá estaremos para avaliar mês após mês, trimestre após trimestre, a capacidade de execução do que está proposto. Espera que algumas das perspetivas que estão previstas sejam possíveis de alcançar. Acredita que o Executivo, bem como todos nós, gostávamos de ter mais. Neste momento temos o possível. E o possível é bastante.

HELENA PORTELA – PSD

No uso da palavra disse que vinha salientar positivamente algumas das medidas do orçamento municipal. Por um lado frisou a continuidade de algumas medidas relacionadas com a dinamização e coesão social que já vinham de há alguns anos e que se mantinham por serem positivas. Mas salientou outras medidas novas, que agora foram incluídas neste orçamento, nomeadamente na Intervenção Social e Familiar, como é o caso da Emergência Social, como é o caso da Apoio à Família e como é o caso da Oficina Habitacional. Referiu que não iria “esmieuçar” todas estas medidas, porque não é a si que isso compete, mas salientou que se tratava de medidas positivas que em muito irão melhorar a qualidade de vida dos mais necessitados.

Referiu, também, uma medida que estando em vigor desde o verão passado, a cantina escolar em tempo de férias e que, como já se previa, irá ter continuidade no período do Natal, enriquecida e que toma um novo nome, o Clube de Férias, que não será apenas o serviço de refeições para os alunos sinalizados com carências. Será mais do que isso: a dinamização de um conjunto de actividades lúdicas, desportivas, culturais e pedagógicas. Foi, portanto, com apreço que registou a inclusão destes pontos no orçamento.

ANTONIO BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Ansiães fez a intervenção que a seguir se transcreve: “A apreciação isenta e independente dos documentos que

suportam a proposta do Orçamento Municipal para o ano de 2015, evidenciam-nos uma forma diferente de gerir os destinos do nosso Concelho.

Este, é o produto final de um documento participativo e partilhado com todos os eleitos locais.

Definiram-se prioridades e seletividades no investimento, mediante identificação de necessidades prementes.

Devemos aceitar a mudança, proporcionar condições para que o novo Executivo Municipal possa desenvolver o seu trabalho e no final do mandato, enaltecer ou castigar de acordo com o seu desempenho global.

Concordo em absoluto com esta metodologia e voto favoravelmente a proposta”.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que a estratégia da coligação está vertida neste orçamento. Pode haver opções diferentes. O que é importante para além da estratégia, é a capacidade de execução. Como disse o senhor Presidente da Junta de Ansiães, avaliaremos a capacidade de execução, que espera ser excelente. Tenho a certeza que vai ser o que é bom para todos nós.

Queria também dizer que o Executivo deu a possibilidade aos senhores Presidentes de Junta e a todos os senhores Vereadores da oposição de participarem na elaboração do orçamento. Também é o orçamento deles. Também foi dito que há variáveis que ainda não estão devidamente identificadas, como seja por exemplo o dos financiamentos a fundos estruturais cujos regulamentos ainda não saíram.

Nunca foram facultados tantos meios aos senhores Presidentes de Junta como agora. Na nossa ideia, em que sempre defendemos a proximidade e a coesão social em termos de disponibilizar às Juntas, para que durante o seu mandato tenham alguma capacidade de concretização junto dos seus fregueses.

Na economia e na inovação do emprego que é uma aposta nitidamente estratégica deste Executivo, que no anterior não existia, e que eu posso confirmar e comprovar que não existia, há também uma estratégia facilitadora em termos económicos. Também incide na cultura, no turismo e no ordenamento do território. Portanto, tudo áreas estratégicas ao nível conjuntural, como é por exemplo a parte da coesão social e ou local, em termos de potencialidades ligadas à cultura e ao turismo.

Se o orçamento for executado, como espera, tem a certeza que projetos estruturantes e estratégicos para Amarante, há muito por concretizar serão agora concretizados. Aliás, queria também salientar a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista e do senhor Vereador do Movimento Amarante Somos Todos, que prova sinal de responsabilidade. Em assuntos desta natureza a abstenção também é um sinal claro que o orçamento não é tão mau como o pintam.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

Os documentos previsionais que agora analisamos são certamente os documentos que mais expectativa geram a este órgão e que mais análise requerem. É o documento político por excelência e neles estão plasmadas as opções políticas do Executivo Municipal, de quem dirige os destinos do nosso município, nele se definindo as grandes opções estratégicas para os próximos quatro anos. E por isso este documento tem de ser analisado como um todo, em todas as suas vertentes e não apenas em partes e não apenas em determinados contributos que recebem.

O documento que nos é apresentado revela para o PS a falta de ambição e a falta de planeamento estratégico do Executivo da coligação PSD/CDS. Analisando os documentos, perguntamos quais os grandes projetos para o município?

Continuamos a assistir à existência de inúmeras rúbricas avulsas e genéricas que não se coadunam com o discurso de rigor e transparência referida pelo senhor Presidente da Câmara no seu relatório inicial.

Registamos com agrado a manutenção de grandes medidas e apoios que vêm do passado, destacando a medida de apoio ao arrendamento e o “Preocupa-te”.

Verificamos também, que relativamente aos Centros Escolares e à questão da Carta Educativa, que tanto tem sido discutida nesta Assembleia, nada é definido em concreto, onde apenas vimos verbas para obras e projetos de recuperação de edifícios escolares e por isso pergunto ao senhor Presidente da Câmara se tenciona rever a Carta Educativa?

Registamos também a inclusão de uma rubrica relativa ao subsídio ao IET e ao empenho do município relativamente a este assunto. Continuamos portanto apreensivos no que diz respeito aos avultados subsídios atribuídos a esta associação.

No que diz respeito à cultura, perguntou quais são os grandes projetos que estão aqui definidos para afirmar Amarante no quadro cultural?

Relativamente ao Parque Florestal e àquela que foi a grande bandeira na campanha eleitoral, nada consta. Há aqui algum recuo?

Por outro lado, registam com agrado a inclusão e a aceitação das propostas dos Vereadores do PS que apesar do pouco tempo disponível que tiveram para analisar os documentos, apresentaram algumas propostas que foram tidas em conta, das quais destacou o pavilhão gimnodesportivo da Escola Amadeo Souza Cardoso, a questão do apoio social na tabela de água e saneamento e ainda o apoio à aquisição de material escolar para o segundo e terceiro ciclo.

Em relação às normas de execução orçamental, disse que gostava de ver esclarecidas algumas dúvidas. Assim, na página 9, artigo 3º que refere as modificações ao orçamento e às grandes opções do plano, fica-se com a ideia de que a partir da aprovação deste orçamento competirá apenas ao Presidente da Câmara fazer as modificações e alterações orçamentais. Pergunta se é assim ou se deixarão de ser competência da Câmara? No fundo está aqui implícita uma delegação de competências. Relativamente ao artigo 18º, das normas de execução, aquilo que é referido e que também tem a ver com o último ponto que iremos analisar, o Regulamento de Apoio às Juntas de Freguesia diz que "a concessão do apoio referido; quer seja em numerário ou em espécie carece de pedido fundamentado, nos termos do Regulamento, que será submetido à decisão do Presidente da Câmara, enquanto que o Regulamento diz que é competência da Câmara". Pede portanto um esclarecimento a esta dúvida.

Por último e em referência ao Mapa de Pessoal, que não traz nenhuma justificação nem nenhum relatório e atendendo ao número de vagas que aparecem por preencher, que se presume sejam vagas a criar, em numero de 60 em diversas áreas funcionais, com diversas carreiras e categorias. Qual a justificação para a necessidade de todas estas vagas? Sugere ainda, até porque no passado era assim feito, porque era mais fácil de perceber, que fosse incluída uma referência ao número de vagas criadas e uma referência às que estariam por preencher. Agora, só nos aparecem as vagas a preencher e por isso é que fica a dúvida. Mais 60 vagas a preencher. São mesmo todas para preencher, e se são, qual a sua necessidade? Qual o custo desse aumento? Se assim for cumprem-se as regras da contratação?

Continuou a sua intervenção, dirigindo-se ao senhor deputado Moura e Silva a quem disse que a declaração de voto do PS é clara e começa por denunciar as razões que levaram a que votassem contra e que depois termina com a questão dos contributos que foram acolhidos pelo Executivo. Está então bem explicado na declaração de voto o porquê da abstenção na votação. O PS é um partido com responsabilidades, tem responsabilidade pelo seu passado mas também pelo seu presente e pelo seu futuro. A responsabilidade do PS é também olhar para estes documentos como um todo. E o documento como um todo não passa só por fazer a soma de alguns projetos. Ele é um documento global do PSD/CDS que mostra aquilo que ambos querem para Amarante. Por outro lado também não se pode resumir àquilo que os senhores Presidentes da Junta querem ou não querem para as suas freguesias. É muito mais do que isso. Somos um grupo unido e que temos de ter uma orientação para todos. O PS com a responsabilidade que tem, vai abster-se.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que queria apenas reportar-se ao que aqui foi referido como falta de rigor e transparência, nas rubricas genéricas. Eu queria referir apenas uma coisa. Como foi Vereador da oposição, é preciso ver por exemplo que quanto a rigor, o orçamento para 2010 previa como venda de bens de investimento um valor superior a 9 milhões de euros. Isto era executado por exemplo com trinta ou quarenta mil euros. O orçamento para 2011 também previa para a mesma rubrica um valor superior a onze milhões de euros. Estão a perceber. Atualmente, isto não é possível. O valor previsto e inscrito neste orçamento e de apenas 111 mil euros. Vejam a diferença e a necessidade de maior rigor e de absoluta transparência que é necessário, quando um orçamento deixa de ter esta capacidade de flexibilizar todas as receitas. Estão a perceber. Como é que se pode vir aqui dizer que não há rigor nem transparência. Agora, é que um orçamento tem de ter rigor. Agora, e bem é que é absolutamente necessário haver rigor e transparência. Não pode haver esta capacidade de empolar a receita. Antes dava para generalizar tudo ou praticamente tudo. Agora, tem de haver absolutamente rigor e transparência. Todos nós sabemos isso.

E depois, quanto à falta de ideias e projetos também é uma coisa que lhe mete muita impressão, relativamente a um partido que esteve no poder durante 24 anos. Como é que se pode vir a esta Assembleia dizer que este orçamento não tem ideias nem projetos? Quem andou este tempo todo, e vou só falar em meia dúzia de projetos como sejam: a recuperação do Cine Teatro que já estava nas GOPs de 2002, as Caldas das Murtas há mais de vinte anos, o Quartel da GNR há mais de vinte anos, o Solar dos Magalhães já inscrito no programa para 2009 e a fazer naquele mandato, a revisão do PDM, desde 2007 a 2013 e o sistema viário de Vila Meã. Tiveram este tempo todo, e falo em meia dúzia de projetos relevantes, e não os concretizaram, acham que têm alguma lógica vir falar aqui em falta de ideias e projetos?

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra, disse que quando se argumenta na declaração de voto do PS, que um dos motivos para analisar os documentos foi a falta de tempo, não lhe parece correto. Já em 2010 o então Presidente da Câmara, na discussão de documentos importantes, tal e qual estes, disse na altura que também devia ter entregue os documentos mais cedo aos Vereadores do PSD. Portanto, o argumento que foi usado nesta declaração de voto, não lhe parece válido.

Depois, o contributo de todos em momentos de crise, como é aquele que agora vivemos, em que os orçamentos têm de ser de grande rigor, orçamentos partilhados em que as definições das prioridades são essenciais, faz sentido perceber aquilo que é preciso. A atitude para permitir estes contributos é de louvar. Considerar os contributos, quer do PS quer do Movimento Independente, devia ter da nossa parte um maior respeito. É também certo que devemos respeitar quem ganhou, respeitando o seu programa, porque foi isso que os Amarantinos quiseram.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que fazendo fé no que foi dito, é salutar que os senhores Vereadores do PS e dos senhores Presidentes de Junta todos tenham contribuído para a elaboração dos documentos que agora estão em análise.

Continuou a sua intervenção para dizer que ia concordar pela primeira vez com o Dr. António Araújo nesta Assembleia. Este orçamento que estamos hoje a votar é completamente diferente daquele que foi apresentado aos Vereadores do PS. Felicitou-os porque tiveram uma postura interventiva, que fez alterar o documento para melhor, e por isso temos aqui hoje um documento melhor do que aquele que inicialmente lhes foi apresentado. Mas isso, não invalida que se vote favoravelmente um orçamento, no qual não acreditamos rigorosamente. Está plasmado na declaração de voto do PS e por isso também questiona o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber qual a

estratégia para o próximo ano. Os projetos âncora que foram referidos em campanha eleitoral, não se vêem refletidos neste orçamento.

Queria também deixar duas outras notas que lhe parecem relevantes. Uma é respeitante ao orçamento participativo jovem, que gostaria de ver executado. Gostava que em 2015 os jovens estivessem já a implementar projetos. Infelizmente esse propósito já não será possível. Espera que no próximo ano sejam feitas as candidaturas.

No ano de 2014, não iniciamos o orçamento participativo jovem. Para isso temos de fazer um calendário muito acelerado para dar tempo de apresentar candidaturas, e dar explicações acerca dos projetos para poder executar algumas ainda em 2015. Julga que haverá muita dificuldade.

Queria também deixar uma referência relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, órgão de implementação difícil em quase todos os concelhos. Parece-lhe que devemos fazer um esforço para melhorar. E melhorar, é fazer com que o Conselho Municipal da Juventude reúna quatro vezes por ano. Este ano, só reuniu duas vezes.

A lei 6/2012, específica no seu artigo 8º, ponto dois “após a aprovação pelo Executivo Municipal dos documentos a que aludem as alíneas a) e b), linhas estratégicas do orçamento municipal deve ser enviado para a Câmara Municipal para um parecer não vinculativo, mas obrigatório. Isso de facto não aconteceu. Aconteceu uma consulta e discussão das linhas estratégicas. Não aconteceu o pedido de parecer. Uma falha grave que não está a ser implementada em quase todos os concelhos do país. Por isso, julga que Amarante devia ser uma referência nessa área e como tal funcionar de um forma operacional.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, reportou-se às palavras do orador anterior, para lhe dizer se enquanto foi Presidente da Juventude Socialista, alguma vez apresentou alguma proposta no Conselho Municipal da Juventude?

Por sua vez o senhor deputado **HUGO CARVALHO**, respondeu-lhe dizendo que na altura não era deputado municipal, mas enquanto Presidente da Juventude Socialista sempre lutou por um orçamento participativo jovem. O Dr. António Araújo devia também ter lutado por ele.

ANA CRISTINA VAREJÃO – PSD

No uso da palavra disse que partilhava as preocupações do senhor deputado Hugo Carvalho relativamente ao Conselho Municipal da Juventude. Na última reunião que houve, gostava que a Juventude Socialista tivesse proposto uma única medida. Era apenas o que se pedia à Juventude Socialista. Na altura a JSD apresentou ideias, nomeadamente o Cartão Jovem Municipal, as Jornadas do Desporto, a Maratona da Fotografia e o que se pedia à JS é que apresentassem pelo menos uma única proposta. Hoje podemos dizer que iremos ter um orçamento participativo jovem e que a longo prazo iremos certamente ter resultados desse orçamento.

PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSE LUIS GASPAR

No uso da palavra, o senhor Presidente começou por referir-se à intervenção da senhora deputada Dra. Lúcia Coutinho que no final das suas palavras disse “ficava atenta ao ano de 2015”. Pois, se fica atenta é porque tem algumas expectativas. Ainda bem que assim é. Apesar das críticas, deixe dizer-lhe que aquilo que é a estratégia da coligação Afirmar Amarante está vertida neste orçamento. Para além desta estratégia que assumimos e pela qual fomos a votos, incorporamos também aquilo que era a vontade dos eleitos locais, que são os senhores Presidentes de Junta. Queremos uma intervenção plena e fizemos aquilo que nunca foi feito em Amarante. Reunimos todos os senhores Presidentes de Junta e olhos nos olhos definimos uma estratégia para o território. Isto nunca foi feito, mas sempre defendeu esta estratégia. E os senhores

Presidentes de Junta, sejam eles de que quadrante político forem, devem executar aquilo estava comprometido. Mesmo o que estava em protocolo e eles não conseguiram executar por uma qualquer razão, foi também tido em conta e quer que agora cumpram os protocolos até ao fim. Até está à vontade porque onde isso aconteceu foi em Juntas de Freguesia que até nem eram do seu partido. Houve ainda um caso em que o que estava agendado teve de transitar para o ano seguinte. Esta é a nossa forma de estar. Não andamos aqui a enganar ninguém. Logo, também não os enganamos a eles. Continuou a sua intervenção para referir ainda que no mandato 2001/2005, aquando da apresentação das propostas para o orçamento, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cristina, lhe ter dito que uma determinada obra, necessária à freguesia já estava prometida há 18 anos. Acreditou que a veria executada naquele mandato. Mas meus senhores, já estava prometida há 18 anos. Agora, não faz isso aos senhores Presidentes de Junta porque os respeita, porque eles são cidadãos eleitos tal e qual ele o foi. O PSD sempre deu liberdade de voto aos seus Presidentes de Junta, porque é assim que tem de ser. Eles têm o seu próprio território para governar e não têm que seguir a disciplina partidária. Por isso vieram à Câmara dar a conhecer as suas preocupações e os seus anseios. Respeita o modo como venham a votar os documentos. É assim que tem de ser. Enquanto for Presidente da Câmara não faz uso do poder da caneta. Não o faz nem o fará porque respeita as pessoas. Esta é uma das grandes mudanças de paradigma deste Executivo. O que é, é, e não andamos a amedrontar ninguém. Isto para dizer que para além de incorporarmos no orçamento aquela que era a vontade estratégica, as linhas de orientação, e as obras necessárias ao município, incorporamos também aquilo que é a vontade de todos os Amarantinos e não só do PSD. Estamos aqui para servir os Amarantinos e não o PSD. Vai dar corpo ao que está orçamentado. Vão fazer aquilo que outros não conseguiram.

Por exemplo o sistema viário de Vila Meã já podia estar executado há muito tempo, evitando-se agora todo este trabalho. Vai fazê-lo, porque essa é uma vontade dos Amarantinos, mas principalmente da população que vive em Vila Meã. O Nó do Salto de que há tantos anos se fala e que é fundamental, vai ver agora trabalhado o projeto. A obra vai ser lançada neste mandato. Relativamente aos Campos de Futebol e Pavilhões, vai entregar um dossier aos líderes das bancadas e também ao senhor Presidente da Assembleia. Podiam ter metido estas obras no mandato anterior. O Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã é essencial. Mas todas essas obras deviam ser executadas com o apoio de fundos comunitários. Vai avançar com isso. Piscinas também constam do relatório. Nos mandatos anteriores havia quadros comunitários de apoio que não foram aproveitados. Não foi feito, mas ele vai fazer. A grande diferença é esta. Há aqui uma estratégia e uma grande vontade de recuperar o tempo perdido. Mas há mais. Há algumas áreas que estão dependentes de haver ou não dotação orçamental. O orçamento tem 30 milhões, embora já não seja tão generoso como era no passado. O ano passado foi reduzido em 5 milhões. Este ano reduziu mais 5 milhões. Só as despesas correntes cifram-se em 19 milhões. Isto não é fácil, mas com vontade e muita determinação iremos lá chegar e mantendo a estabilidade financeira, porque também é esse o seu compromisso. Pela primeira vez estamos a trabalhar como deve ser, numa casa que tem muitos e bons funcionários. Vamos ter dois dias de formação para definir as linhas mestras, as orientações estratégicas para depois se poder materializar em obra. Vai fazer o que nunca foi feito. Sabe muito bem o que é uma organização e como se trabalha numa organização.

Pela primeira vez, para além de incluir neste orçamento o programa político que foi sufragado pelos Amarantinos, incorpora também a vontade política dos parceiros da Câmara Municipal que são os Presidentes de Junta, independentemente da cor partidária de cada um deles. Para além disso tiveram também o cuidado de falar com os senhores Vereadores da oposição. Enquanto foram oposição, apresentaram muitas vezes propostas simples porque sempre tiveram o bom senso de não prejudicar nada nem ninguém, mas o que é certo é que essas propostas nunca foram consideradas

para poderem ser incluídas no orçamento. E agora vêm falar de quê? Querem respostas a quê? Estão preocupados com a mudança de atitude? Estão preocupados com a mudança de comportamento e de estratégia? Ainda não perceberam que tudo é diferente daquilo que anteriormente era feito?

Vem agora o senhor deputado Hugo falar do Conselho Municipal de Juventude. Sabem quantas vezes reuniu no mandato anterior? Três. Dizia o senhor deputado que até agora só reuniram duas vezes. Afinal não está mau porque facilmente irão ultrapassar o mandato anterior muito brevemente. Há uma mudança de atitude ou não? Então há ou não uma mudança comportamental?

Continuou a sua intervenção, para dizer ainda que parece que estão preocupados com o mapa de pessoal. Mas os senhores, que até têm conhecimentos na área do direito sabem muito bem que não vão poder abrir concursos e admitir as tais 60 pessoas. Os lugares estão em aberto. Saíram o ano passado vinte e tal pessoas. Vão sair mais vinte. Em três anos saíram 40 funcionários. Portanto é natural que comecem a faltar funcionários. Por exemplo. Neste momento há falta de motoristas para os camiões do lixo. Só tem duas soluções: ou concessiona o serviço, ou então vai ao mercado e aí vai ter de abrir concurso para admissão de motoristas. Tem folga para isso, porque cumpre os requisitos. É por isso que estão lá os lugares. Esquecem-se que tudo isso vai ter de ser votado em reunião de Câmara e aí pode não ser aceite que se abra concurso. Aí tudo bem, até porque o PSD não tem maioria no Executivo.

Temos ainda áreas novas, como seja, o empreendedorismo, para andar com este concelho para a frente. Para isso temos de ter quadros qualificados para nos ajudar. Se assim for, é normal que se venha a abrir lugar no quadro de pessoal, que será do conhecimento público e votado em reunião de Câmara para poder ser autorizada a abertura do concurso. Acham que era possível admitir de imediato 60 pessoas? A resposta fica em aberto para quem queira responder.

Quando falamos do IET, nota alguma preocupação em algumas pessoas presentes. Deviam estar preocupados não só com o IET mas também com muitas outras coisas que se tem passado em Amarante. Com sabem a Câmara Municipal não pode aumentar o capital social do IET. Está à espera de resposta do Tribunal de Contas. Espera poder vir a ajudar o IET e para isso vai brevemente fazer uma proposta para levar à reunião de Câmara, que será julgada pelos senhores Vereadores. Podem apresentar outra se quiserem. Na sua proposta, vai procurar dar a conhecer a melhor solução que os ajude e não lese o município. Depois, se não concordarem e vierem com declarações de voto muito bonitas, vão ter de apresentar uma alternativa. Não venham é dizer que não têm tempo, porque todos sabemos que há muito tempo o IET precisa de dinheiro. Podem começar já a fazer uma proposta. Podem também fazer outra para a Escola Profissional. Perante tudo isto, começa a ter dificuldade em conviver com este tipo de politiquice. O que é é. Este é o orçamento que tem vontade de fazer com que Amarante mude o seu ciclo. Este é um orçamento que tem uma estratégia política por trás. Temos vontade de fazer acontecer e isso está neste orçamento. É claro que em termos de dotação orçamental haverá aqui ou ali alguma insuficiência financeira para podermos executar algumas obras, mas acreditamos que daqui até abril algumas coisas vão mudar e aí já nos possamos reforçar.

Relativamente à Carta Educativa, disse que ela vai ser revista. As nossas crianças vão todas ter os mesmos direitos. Não haverá crianças de primeira e de segunda. Estejam elas na margem esquerda ou na margem direita. Estamos aqui a tentar provar o quê? É isto fazer politica? Não é certamente.

Relativamente ao Parque Florestal disse que ainda há pouco aprovamos a ARU. O grande projeto que a coligação tinha para além do Parque Florestal era o Parque da Cidade. Mas sabem porque é que nos chumbaram a ARU no início? Foi porque constava lá o Parque da Cidade. Teve de retirar o Parque da Cidade para viabilizar a ARU. Não foi nenhuma estratégia que os senhores tivessem. Foi porque vocês não tinham coragem para assumir que o parque da cidade era importante para Amarante. Esta é a verdade. Por isso é que o tirou. Não era porque faltava a rua X ou Y. O medo

do PS era que o atual Executivo avançasse com o Parque da Cidade, porque era uma obra emblemática para a coligação Afirmar Amarante. Porque foi eleito para ajudar os Amarantinos decidiu retirar aquele que era também o seu projeto. Sacrificou a sua vontade em detrimento do bem comum. É isso que espera. Não estava à espera de demagogia barata. Começa a ter dificuldades em ouvir alguns tipos de argumentação.

Quanto à definição de melhores caminhos, muito em breve vamos discutir isso a nível de todo o concelho. Nem só os senhores são que são donos da verdade. Todos aqueles que estiverem de boa fé vão poder participar na mudança de Amarante. Foi essa a sua promessa no dia 25 de abril. Vai honrar o que disse. Vai abrir-se à sociedade civil. Vai ter um orçamento participativo com todos os amarantinos.

Quanto à Juventude está no orçamento uma verba de 20.000 euros destinada a atividades que envolvam jovens dos 14 aos 18 anos. Temos de envolver as pessoas para elas acreditarem que é possível mudar. Ao pôr 20.000 euros no orçamento está a fazer com que os jovens se envolvam. No passado isso foi feito com a música. Quer olhar para a política de forma diferente. Quer interessá-los a todos e esperar que durante o ano 2015 todos se envolvam. Se for preciso far-se-á um orçamento retificativo. É esta a grande diferença. Temos pouco tempo para fazer tudo o que Amarante precisa.

No essencial, este orçamento de valor inferior aos do passado, tem tudo aquilo que é estratégico para o município. A estratégia é bem clara.

Usou de imediato a palavra o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** que perguntou ao senhor Presidente da Câmara se ele tinha conhecimento se houve algum concurso para financiamento do arrelvamento dos campos de futebol, sejam eles de relva natural ou sintética? Gostava de ver o dossier desse processo.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra, começou por dizer que a postura de diálogo do senhor Presidente ficou comprometida, com aquilo que são as suas intervenções na Câmara. Isso também se manifesta da parte da bancada do PS.

Acha importante não falar das pressões que foram feitas sobre os Presidentes de Junta de Freguesia. O discurso não foi muito feliz. Quando se fala daquilo que se vai fazer é importante saber por onde se vai começar. Se diz que vai fazer determinados projetos, é porque não vai fazer outros. Não vai fazer outros, porque muitos desses, já foram feitos no passado. É isso que também deve ser dito. Obviamente que o projeto autárquico é um projeto inacabado. Há sempre mais para fazer. E se vai fazer as Termas, ótimo para o concelho de Amarante. Mas vai fazê-las porque há já um trabalho preparatório que foi feito no passado pelo PS. Se não fizessem esses, também teriam dificuldade em fazer outros. Também é importante que se diga que não vão fazer escolas, porque há muito que estão feitas. Não vão ter de fazer uma rede viária, porque também está feita há muito. Poderão eventualmente ter de a requalificar. Não vão fazer de raiz o abastecimento de água no concelho. Porque já está feito em grande parte. O mesmo se passa com o saneamento. Portanto, a nível de demagogia do discurso estamos praticamente explicados.

Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude e da forma deselegante como o senhor Presidente abordou o tema, disse-lhe que estava errado, porque na sua intervenção o que disse foi: "compreendia a dificuldade em instalar os Conselhos Municipais da Juventude". Em momento algum foi ofensivo para com a Câmara. Apenas disse que poucos concelhos do país o têm. E também deve dizer que esse projeto surgiu na Assembleia da República por proposta conjunta da JS e da JSD, após uma primeira proposta do PS que tinha alguns erros. Depois de reformulado foi introduzida para aprovação. Em 2012 recebeu essa transformação. As três reuniões de que falou foram realizadas todas no mesmo ano, em 2013. Estar agora a dizer que no mesmo ano fizeram três reuniões, tem também de se lembrar a partir de que ano se pôde aplicar a lei. Deve também reconhecer que aquilo que também disse foi que os

Conselhos Municipais da Juventude têm dificuldades estratégicas de funcionamento. Gostava que o Conselho Municipal da Juventude funcionasse bem em Amarante. Por exemplo a reunião de que falou a deputada Ana Catarina não tinha quórum. Devemos trabalhar para incentivar a participação de todos.

Relativamente ao orçamento participativo jovem, estamos a falar de coisas diferentes. Tem de haver um projeto com uma boa base de sustentação. O valor de 20.000 euros parece-lhe muito pouco para fazer um bom orçamento participativo jovem. Fica o registo para que durante o ano 2015 se possam fazer todos os regulamentos necessários embora lhe pareça que a verba de 20.000 euros seja pouco e que em abril tudo esteja pronto para iniciar o processo. E em todo caso mantém a boa fé de que o Presidente da Câmara consiga até essa data resolver este assunto.

ANA CRISTINA VAREJÃO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que ficava bastante confusa com as opiniões do senhor deputado Hugo Carvalho, porque da parte de manhã ele dizia que o passado não era importante. De manhã o passado era para esquecer. De repente, o passado passa a ser importante. Tem razão quando diz que houve muita coisa bem feita no concelho. Certamente ficaram 24 anos no Executivo não foi por terem feito um mau trabalho. Agora, há quem possa fazer melhor. Por isso vamos tentar fazer melhor.

Em relação à reunião do Conselho Municipal da Juventude, efetivamente não havia quórum, mas havia representantes. Esses representantes não tinham opiniões? Não tinham propostas? Espera que daqui para a frente possamos trabalhar em benefício da juventude. Se a JS tem projetos e ideias, a JSD está mais do que disposta a abranger-las e trabalhá-las em conjunto.

JOAQUIM TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra disse que ouviu o senhor deputado Hugo dizer que este Executivo não vai fazer muitas das coisas que disse já estarem feitas, porque o Executivo anterior as fez. Daí pensarmos que o atual Executivo vai fazer aquilo que não está feito. Isso é lógico. Mas então pergunta: O anterior Executivo afinal esteve cá para quê?

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, começou por lembrar ao senhor Presidente da Câmara que ele não lhe respondeu às questões, relativas às normas de execução orçamental e às dúvidas que levantou relativamente a essas normas, quando confrontado com o último ponto relacionado com o Regulamento para as Juntas de Freguesia.

O Partido Socialista tem orgulho no seu passado. Mas se queremos falar do passado não podemos deixar de remontar aos tempos do PSD, e ao tempo em que chegamos à Câmara e nem luz eléctrica havia. As dívidas eram muitas e as obras muito poucas. Poucas estradas pavimentadas havia. O objetivo do PS não é estar sempre a olhar para o passado. Agora, já era tempo do PSD começar a olhar para o presente e para o futuro. Estamos aqui para analisar o orçamento do PSD, dando-lhe o benefício da dúvida, porque estamos a olhar para o futuro. Estamos a viabilizá-lo e a permitir aos amarantinos que tenham em vistas os seus destinos e de quem ganhou as eleições. É para isso que aqui estamos. Estamos aqui para fazer a análise das propostas do PSD. Relativamente à análise da coluna das rubricas genéricas, resulta que não há um orçamento para a juventude. A Dra. Helena Portela fez referência a dois projetos que não viu nos documentos. Isso só demonstra que a rubricas genéricas são analisadas de forma diferente por quem tem certamente conhecimentos que ela não tem. Por todos estes benefícios da dúvida, é que o PS se vai abster. Vão abster-se tendo em conta o documento político que é essencial para a governação da Câmara.

HELENA PORTELA – PSD

No uso da palavra começou por responder à oradora anterior dizendo-lhe que não tem informações privilegiadas, que é deputada municipal como os outros e como tal procura manter-se informada. Por isso, a documentação que recebeu foi a mesma que todos receberam e que teve o cuidado de ler porque teve tempo para se preparar. Verificou que a páginas tantas lê-se: 1 – Dinamização e Coesão Social; verificou que os valores não eram muito altos e que a maioria das rubricas já as conhecia dos orçamentos anteriores e houve algumas que sublinhou por serem novas. Não acrescentou nada ao que está escrito nos documentos. Nem sequer referiu valores.

VITOR REI – PSD

No uso da palavra dirigiu-se ao senhor deputado Hugo Carvalho dizendo-lhe que ele nas suas intervenções apenas esgrime assuntos genéricos. O argumentário que anteriormente usou saiu um bocado caro ao PS. Aquilo que o PS apontou ao orçamento não passa de meras generalidades.

Usou de seguida a palavra, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, que disse que na próxima reunião da Assembleia iria usar da palavra. Leu a cláusula de elegibilidade no seu ponto 3.1 que diz o seguinte: Nos campos de relva artificial, apenas serão admitidas as candidatura relativamente a equipamentos selecionados no âmbito da pré-seleção da medida 2, o primeiro relvado. Logo, não podemos candidatar porque já tínhamos o primeiro relvado. Se concordar com isto, acaba aqui a discussão. Se não concordar, então faremos a discussão deste assunto na próxima reunião da Assembleia. Não houve mais renegociação do QREN e partir de 2011 e como não tinham onde gastar o dinheiro gastaram-no todo. Não havia qualquer medida. Agora, como há cinco milhões de euros que já não interessa devolver a Bruxelas, o Governo autoriza que se candidate tudo e mais alguma coisa para que não se devolva o dinheiro. Se quiser discutimos o tema na próxima Assembleia, para não andarmos aqui com “politiquice”.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Contados os votos, apurou-se o seguinte resultado: **Votos a favor – 22; Abstenções – 28; Votos contra – 0**. Os documentos foram ainda aprovados em Minuta, por **UNANIMIDADE**, para poderem produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA IIª REVISÃO ORÇAMENTAL – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2014

Relativamente a este ponto, usaram da palavra os senhores:

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse que iria fazer dois reparos ao documento agora em análise. O primeiro prende-se com o título, porque ao falar-se em revisão orçamental, seria mais adequado falar-se em desorçamentação que se cifra em dois milhões, cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e dois euros. Perante este valor perguntou ao senhor Presidente da Câmara se este valor resultou da incapacidade de execução, ou de outro entrave qualquer que impedisse de executar as obras?

O segundo reparo prende-se com o rigor de que tanto se fala e ao facto dos dois milhões, cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e dois euros não poderem ser um empolamento? A Câmara provavelmente está já a pensar na Conta de Gerência e antecipa aqui a obrigatoriedade de apresentar a execução dos 85% impostos por lei. Inicialmente o senhor Presidente dizia que este não era o seu orçamento. Mais tarde assume ser este o seu orçamento. Verifica-se agora que alguns meses depois não consegue ter uma execução do orçamento.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

Relativamente à nova rúbrica referente ao canil/gatil, gostava de ser esclarecida sobre a localização. É a mesma que vem do passado, ou tem nova localização?

A segunda questão, que também aqui é referida prende-se com as Águas do Noroeste. Numa das intervenções do público, ficou com a ideia de que na sua intervenção o senhor Presidente da Câmara disse que o PS estaria a mandar recados por alguém. O PS tem a sua própria agenda e os seus órgãos representativos, onde são definidos os seus temas, estarão disponíveis no momento que entendam ser o mais oportuno, ou quando o senhor Presidente da Câmara quiser fazer ou colaborar num debate alargado sobre o tema. Agora ninguém vem aqui em nome do PS fazer qualquer intervenção no período das intervenções do público. Quer que isto fique bem claro e registado.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, dirigiu-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para lhe dizer que o rigor que tanto apregoa foi posto em causa ao permitir que a oradora anterior viesse falar de um tema tão fora da agenda. Não o devia ter permitido.

PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSE LUIS GASPAR

No uso da palavra começou por referir-se à primeira intervenção para dizer ao senhor deputado Manuel Pinheiro que nunca negou que o orçamento tinha algum emolamento. Agora, ele não é igual ao do passado. Foram inicialmente retirados 5 milhões de euros. Foi depois feito mais um ajustamento de mais 5 milhões de euros. Se tem de cumprir a obrigação dos 85% na execução orçamental certamente fará mais ajustamentos. Há obras que não vão ser executadas, não por falta de dinheiro, mas sim porque algumas serão passadas para um próximo orçamento. A verba transita para lá. Isto é uma questão de gestão e de rigor. Por isso é que desorçamentamos. Não percebe qual é a dúvida do senhor deputado. Tem é de cumprir com o orçamento da receita em 85% e é isso que vai acontecer.

Relativamente ao canil/gatil, disse à senhora deputada Octávia Clemente que o local é o mesmo que sempre esteve previsto, que é um terreno que o anterior Executivo comprou e que fica em Madriane. É o local indicado porque é isolado e sem habitações nas redondezas.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta também por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

FLÁVIA QUEIRÓS – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:

“Nos termos do artigo 26º, da Lei n.º 73/2013, artigo 26º, todos os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, nos termos do n.º 2, do artigo 69º.

A participação referida depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à Autoridade Tributária (AT), até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Como resulta da Lei, o que fazer com esta participação variável no IRS depende exclusivamente dos Órgãos do Município e deve integrar-se numa estratégia de boa gestão dos dinheiros e recursos públicos.

É nosso entendimento que a fiscalidade municipal não se reduz à mera obtenção de receitas, devendo o Município optar, também, pela disponibilização de benefícios fiscais geradores de atratividade de pessoas e de investimentos que poderão revelar-se, determinantes para uma acrescida competitividade regional, geradora de um efetivo desenvolvimento do concelho de Amarante.

Falamos não apenas de uma taxa reduzida de IRS mas de uma Fiscalidade Amiga que integrasse, também, uma taxa mínima de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, o comprometimento de não lançamento de derrama de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, e, suplementarmente, a atribuição gratuita de livros escolares a todos os alunos do Ensino Básico, com residência no concelho e a frequentarem o ensino público.

Aliás, muitos outros Municípios deste país estão a seguir este caminho há já alguns anos, e neste ano de 2014 setenta e dois Municípios optaram pela devolução da Taxa Variável de IRS, entre 0,5% e 5%, num total de 50,2 Milhões de euros, sendo Lisboa o caso mais significativo com os seus 2,5% de devolução o que representa 24,8 Milhões de euros.

No Executivo Municipal o Movimento Independente Amarante Somos Todos apresentou uma proposta de devolução aos contribuintes residentes em Amarante de 1% da participação do Município no IRS, certos que estas medidas permitiriam melhorar o nível de vida dos munícipes Amarantinos e criariam condições de facilitação da atividade dos agentes económicos do concelho, gerando atratividade de pessoas e criando condições de atração de novos investimentos.

Não foi esse o entendimento das outras forças políticas que se pronunciaram em sentido contrário ou que não se pronunciaram, mas estamos convictos que será uma questão de tempo e mais cedo que tarde será possível gerar consensos em torno de uma política fiscal que trará benefícios a Amarante.

Atentas as razões que apresentamos, o Movimento Independente Amarante Somos Todos vota contra esta proposta”.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que relativamente a este assunto, esta é a primeira vez que há a necessidade de uma deliberação, sob pena de o silêncio deste órgão ser entendido como o abdicar desta percentagem. Daí se impor que de acordo com a legislação em vigor se delibere sobre esta questão. Se é verdade que o PS reconhece que relativamente à postura do Movimento Independente poderá haver algumas folgas para o futuro, caso a situação económica e financeira não exija outros constrangimentos orçamentais poder eventualmente ponderar esta questão, não é menos verdade que uma proposta desta natureza também deve refletir expressamente quais as obras que não quer fazer e quais as soluções porque opta, sob pena de ser uma proposta desgarrada. O senhor Presidente também justificou aqui a necessidade de neste ano, o primeiro em que está em vigor esta lei e o FAM, que pode implicar constrangimentos para os municípios que até não necessitam, mas que vão ser solidários com aqueles que necessitam. Portanto nestas condições o PS entende que deve abster-se sem prejuízo de em próximas deliberações, poder estar disponível para fazer alguns ajustes. Por isso a bancada do PS vai abster-se.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que quanto a este assunto, e enquanto estiveram na oposição pensaram nisso uma ou duas vezes, mas nunca decidiram avançar. Até em conversa prévia com o anterior Executivo concluíram que seria complicado definir onde iriam deixar de investir, ou seja, que obra ou que projeto deixariam de executar se abdicasse-mos desta receita, que anda à volta dos 230.000 euros. Em segundo lugar, não seriam as classes mais desfavorecidas a usufruir e a ter benefícios com esta medida. Estas pessoas já pagam pouco IRS ou praticamente nenhum. Beneficiaria quem paga mais IRS.

Amarante também não lança derrama, tem o valor de IMI no mínimo e por isso mesmo nunca chegaram a concretizar nada disto. Neste momento também vamos votar favoravelmente a proposta da Câmara pelas mesmas razões que a Dra. Octávia Clemente já aqui expressou, sem prejuízo de eventualmente, se o futuro, nos trouxer menos constrangimentos financeiros poder haver uma reponderação desta medida. Neste momento vamos votar a favor da proposta da Câmara que é manter os 5%.

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra, disse que a proposta do Executivo é acompanhada de uma contraproposta apresentada pelo senhor Vereador do Movimento Independente, Dr. Pedro Barros. Vivemos tempos difíceis, tempos de partilha e sabemos que o Executivo tem de dar apoio social no presente e se calhar também no futuro. Aliás, o orçamento para 2015 prevê verbas para apoios sociais reforçadas. O princípio de que o município é capaz de gerir com mais equidade e justiça social, é sempre um conceito que nos pode dividir. Partindo do princípio que será assim e em momentos em que as receitas estão a diminuir, faz sentido ponderar a diminuição de alguma receita, quando vamos ter despesas com a área social mais substancial.

Em 2014, a receita em impostos diretos que é uma rubrica onde se insere a proposta do Movimento Amarante Somos Todos, que vem no âmbito dos impostos diretos, porque até outubro de 2014, já temos uma diminuição de receitas na ordem dos 161.328 euros, o que significa se diminuirmos ainda a receita desta rubrica que vem dos impostos indiretos podemos vir a ter também um deficit orçamental não previsto.

A proposta também previa a possibilidade de atribuição de livros escolares a todos os alunos do ensino básico. A sua dúvida é saber se é para todos os alunos até ao 9º ano ou do primeiro ciclo do ensino básico. Os esforços materiais são substanciais. No seu entender, a proposta faz sentido, mas considerando a conjuntura que vivemos e a necessidade de dotarmos o orçamento da Câmara com receitas suficientes para poder suprir dificuldades materiais e necessidades sociais no apoio às famílias. Faz sentido que se vote a proposta do Executivo, sem desconsiderar a proposta do Movimento Amarante Somos Todos, embora a conjuntura não lhe seja favorável.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se então à votação da proposta. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 4; Abstenções – 22; Votos a favor – 20**. A proposta foi ainda aprovada em minuta por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM

Usaram da palavra os senhores:

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que o PS em coerência com o passado votará também agora favoravelmente a proposta da taxa Municipal do Direitos de Passagem. Leu parte do texto da ata de 30 de novembro de 2012, onde se podia ler “no uso da palavra,

disse que não há necessidade de manter esta taxa, até para minimizar o esforço das pessoas. Por isso vão abster-se”. Pasmese na demagogia porque estas palavras foram ditas pelo deputado Vítor Rei.

ANTONIO ARAUJO – PSD

No uso da palavra, disse que estava 100% de acordo com a intervenção do senhor deputado Hugo Carvalho. Ele próprio também é contra este imposto. Não vai sacrificar as suas convicções porque estamos a falar de um valor de cerca de 10.000 euros. Hoje apenas vota a favor a proposta por uma questão de solidariedade e disciplina de voto. Mas pessoalmente é contra.

A proposta foi votada de imediato. Foi aprovada por **UNANIMIDADE**. Foi ainda votada em minuta por **UNANIMIDADE** para produzir feitos imediatos.

PONTO Nº 7 – TRANSPORTES ESCOLARES 2014/2015 – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO – AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL

Inscreeu-se para usar da palavra apenas a senhora deputada **OCTÁVIA CLEMENTE**, que apenas disse que o assunto decorre da lei dos compromissos e como tal iam votar a favor.

A proposta foi então votada tendo sido apurada a votação por **UNANIMIDADE**. Foi também votada em minuta por **UNANIMIDADE** para produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 8 – APOIO FINANCEIRO À CERCIMARANTE - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO – AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL

Neste ponto nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. A proposta foi votada por **UNANIMIDADE**. A minuta foi também votada por **UNANIMIDADE**, para produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 9 – PROTOCOLO DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 2014/2015 – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO – AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL.

Neste ponto, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. Foi votado de imediato e aprovado por **UNANIMIDADE**. A minuta foi também votada por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 10 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado disse que registava com agrado a importância deste regulamento, uma vez que ele vai simplificar e agilizar o apoio às freguesias. Há muitas outras Câmaras que já têm iniciativas idênticas. A bancada do PSD vai votar a favor.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que este Regulamento resulta do novo regime jurídico das autarquias. Até há bem pouco tempo esta era das competências da Câmara. Hoje

é da Assembleia Municipal. Daí a necessidade de se regulamentar. Se assim não fosse, de cada vez que fosse necessário prestar algum apoio às Juntas de Freguesia, era necessário vir à Assembleia, casuisticamente que é o que tem acontecido até hoje. Agora, e muito bem a Câmara apresentou um Regulamento. O PS não tem qualquer objeção de princípio relativamente a este Regulamento. Ao criar-se este Regulamento procura-se a melhor forma da Câmara poder gerir o seu orçamento e também saber antecipadamente o que as Juntas de Freguesias necessitam. Aquilo que aqui se impõe é que apresentem essas pretensões até 31 de agosto, de forma a que a Câmara possa planear o orçamento e a gestão do município.

Sugeriu que no âmbito deste Regulamento, a Câmara crie uma espécie de minuta, que será essencial, principalmente para as Juntas mais pequenas, de modo que estas possam fazer os seus cadernos de encargos e os seus pedidos de projetos.

De resto, o PS não tem nada contra o Regulamento e por isso a Bancada do PS vai votar favoravelmente.

LÚCIA COUTINHO – AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra disse que era importante, porque não vem nos documentos, que ficasse registado que o Regulamento teve o apoio e a colaboração do senhor Vereador do Movimento Amarante Somos Todos e dos senhores Vereadores do PS.

PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSE LUÍS GASPAR

No uso da palavra disse que relativamente a este documento já praticamente tudo foi dito. Relativamente à observação da senhora deputada Dra. Lúcia Coutinho, disse que é sempre assim e sempre assim que funcionará na Câmara. É o contributo de todos que faz com que chegue a um consenso e se elaborem os documentos. Aliás, sempre assim foi também no passado. Sempre que havia sugestões a dar, o Executivo analisava-as. Nas questões do direito há sempre quem possa dar sugestões. Enfim, os advogados acabam sempre por se entenderem e aceitar sempre as sugestões uns dos outros. Como tem no Executivo dois advogados aceita sempre as sugestões de melhoria aos documentos tenham todo este articulado.

Terminou a intervenção desejando a todos um bom natal, dizendo ainda que a partir de 28 de novembro seria iluminada a cidade, com motivos alusivos ao natal de modo a viver-se também na rua o espírito natalício. É altura de perdoarmos e em jeito de brincadeira diria que se calhar é altura de perdoar ao António José Seguro aquilo que ele fez e vê-lo de novo no ativo. Concluiu desejando de novo votos de um bom natal.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**. O senhor Presidente da Assembleia disse que não havia necessidade de votar nesta altura o assunto em minuta porque podia ser votado com a aprovação da próxima ata, uma vez que neste momento não tem efeito prático nenhum. As Juntas já sabem que há um Regulamento, e que têm de apresentar as suas candidaturas até Agosto de 2015. Sendo assim, o assunto pode ser votado com a aprovação da ata na próxima reunião. Mesmo assim foi aprovado em minuta, também por **UNANIMIDADE**, para então poder produzir efeitos imediatos.

Terminada a discussão da Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** leu uma carta do senhor deputado Carlos Carvalho onde este solicita a suspensão do mandato por um período de 365 dias, com início à data de hoje. De acordo com a nova lei, das Autarquias Locais, no seu artigo 50º, número 2, a Assembleia tem de pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que não estejam na Ordem do Dia. Na devida altura, o seu despacho foi dado no sentido deste pedido de suspensão ser discutido extra agenda. Por isso, pôs à consideração da Assembleia a admissão à discussão deste pedido. Como ninguém se opôs, foi o mesmo aceite por Unanimidade. Nesse âmbito abriu o assunto à discussão.

Usou da palavra senhora deputada **OCTÁVIA CLEMENTE** do PS, que disse que o pedido de suspensão de mandato deve ser objeto de deliberação por parte da Assembleia independentemente das razões pessoais de cada um, razões essas que ficam com o próprio. O PS não tem nada contra e por isso viabiliza o pedido de suspensão.

Como não havia mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram dezassete horas. Da reunião foi lavrada a presente ata que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

